



## ENERGIA E CRISE FINANCEIRA

Consumo de gás natural recua na indústria (Folha de S. Paulo) 11/02/09 .....	3
Almoços de graça saem caros (Folha de S. Paulo) 11/02/09 .....	3
Aécio cancela inclusão de inadimplentes no SPC (Folha de S. Paulo) 11/02/09 .....	4
Dilma critica demissões "além do que a crise justificaria" (Folha de S. Paulo) 11/02/09 .....	4
O Brasil e a crise: a ficha ainda não caiu (Folha de S. Paulo) 11/02/09 .....	5
Governo quer liberar FGTS e incentivar acordo trabalhista (Folha de S. Paulo) 11/02/09 .....	6
Classe média volta a se expandir, afirma FGV (Folha de S. Paulo) 11/02/09 .....	6
Escassez de crédito eleva juros do BNDES (Folha de S. Paulo) 11/02/09.....	7
Lula ataca imprensa e diz que "povo não é marionete" (Folha de S. Paulo) 11/02/09 .....	7
Dilma diz que deve sair do gabinete, e FHC quer candidato (Folha de S. Paulo) 11/02/09.....	8
Petrobrás anuncia projeto de se tornar exportadora de gás natural (O Estado de S. Paulo) 11/02/09 .....	9
Cesp sobe com rumor sobre concessões (O Estado de S. Paulo) 11/02/09 .....	10
Google entra no mercado de "energia inteligente" (O Estado de S. Paulo) 11/02/09.....	10
CUT faz protestos em todo o País (O Estado de S. Paulo) 11/02/09 .....	10
Aniversário do Código Florestal Brasileiro (O Estado de S. Paulo) 11/02/09.....	11
Novo acelerador de partículas é planejado (O Estado de S. Paulo) 11/02/09.....	12
BNDES modifica regras e amplia crédito para empresas (O Estado de S. Paulo) 11/02/09 .....	12
MPE vai investigar contratos em todo o Estado (O Estado de S. Paulo) 11/02/09 .....	13
CTC terá 'fábrica' de mudas (O Estado de S. Paulo) 11/02/09.....	13
Autoprodutores ficam de fora das licitações (Gazeta Mercantil) 11/02/09 .....	13
CCEE promete mudanças no cálculo da energia (Gazeta Mercantil) 11/02/09.....	14
Consumo de gás recua com a crise e País registra excedente (Gazeta Mercantil) 11/02/09.....	14
Estatal investirá US\$ 10,6 bi no setor até 2013 (Gazeta Mercantil) 11/02/09 .....	14
Grupo espanhol cresce e destaca o Brasil (Gazeta Mercantil) 11/02/09 .....	15
CUT organiza protesto nacional contra cortes (Gazeta Mercantil) 11/02/09 .....	15
Lula apela por mais rapidez em obras do PAC (Gazeta Mercantil) 11/02/09 .....	15
Abengoa Brasil (Valor Econômico) 11/02/09.....	16
Votorantim divide área financeira e cria gestão de riscos (Valor Econômico) 11/02/09 .....	16
Diretor-geral da ANTT é homem de confiança de Dilma (Valor Econômico) 11/02/09 .....	17
Três executivos da ETH deixam a companhia (Valor Econômico) 11/02/09.....	18
Fundos preferem adotar seus próprios critérios (Valor Econômico) 11/02/09 .....	19
Ibama multa Jirau em R\$ 475 mil (Valor Econômico) 11/02/09 .....	20
Petrobras aponta queda no consumo industrial (Valor Econômico) 11/02/09.....	20
CNAA faz captação de US\$ 418 mi e exclui Santelisa da gestão (Valor Econômico) 11/02/09 .....	21
BNDES vai financiar bens usados (Valor Econômico) 11/02/09 .....	22
Aneel e ONS (Valor Econômico - Cartas) 11/02/09.....	23
Terceirização indevida (Valor Econômico) 11/02/09 .....	24
Ibama multa consórcio responsável por obras de Jirau (Estadão Online 17:26h) 11/02/09.....	24
Workshop Cogen-SP/Coomex aborda crise financeira e seus impactos sobre setor (CanalEnergia) 10/02/09.....	24
Cesp PNB termina em alta de 5,43% (CanalEnergia) 10/02/09.....	25
Aneel abre consulta pública para proposta de revisão tarifária periódica definitiva (CanalEnergia) 10/02/09.....	25

Tucuruí opera com todas as 25 máquinas (CanalEnergia) 10/02/09 .....	26
Tucuruí opera com 31,70% da capacidade armazenada (CanalEnergia) 10/02/09.....	26
BNDES reduz custo da linha de empréstimos-ponte para 13,75% ao ano (CanalEnergia) 10/02/09 .....	26
Petrobras: térmicas, PCHs e eólicas receberão investimentos de US\$ 2,4 bilhões nos próximos cinco anos (CanalEnergia) 10/02/09.....	27
CCEE liquida R\$ 410,177 milhões no MCP relativos a dezembro (CanalEnergia) 10/02/09.....	27
Petrobras prevê investimentos de US\$ 10,6 bilhões na área de gás e energia até 2013 (CanalEnergia) 10/02/09 ..	27
Candiota: CGTEE inicia fase de montagem eletromecânica (CanalEnergia) 10/02/09.....	28
DME Energética realiza leilão para venda de 4.394 MWh (CanalEnergia) 10/02/09 .....	28
P&D: aprovados ciclos 2006/2007 de três empresas (CanalEnergia) 10/02/09 .....	29
Terna Participações UNT registra queda de 2,7% (CanalEnergia) 10/02/09 .....	29
Abengoa fica com ações do FIP Brasil Energia na Manaus Transmissora de Energia (CanalEnergia) 10/02/09.....	29
PDE 2008-2017: escassez de projetos hidrelétricos preocupa especialistas (CanalEnergia) 10/02/09 .....	30
UTE Potiguar inicia testes de 53,1 MW (CanalEnergia) 10/02/09.....	30
Ibama multa Jirau em R\$ 475 mil (CanalEnergia) 10/02/09.....	31
Abertas as inscrições para curso de simulador de eficiência energética (CanalEnergia) 10/02/09.....	31

## SINDICAL

Nesta quarta, 11, Dia Nacional de Luta (CUT Nacional) 10/02/09 .....	31
Dia Nacional de Luta (CUT Nacional) 10/02/09.....	34
Conferência Nacional de Comunicação (CUT Nacional) 10/02/09 .....	35
Oficina no FSM (CUT Nacional) 10/02/09.....	37
Câmera Aberta desta quarta (11) (CUT Nacional) 10/02/09 .....	38
Mobilizações em diversas regiões do país (CUT Nacional) 10/02/09 .....	38
Grande manifestação (CUT Nacional) 10/02/09 .....	39
Baixos salários e pouca valorização social (CUT Nacional) 10/02/09 .....	39
Campanha pelo NÃO falsifica repressão a estudantes na Venezuela (CUT Nacional) 10/02/09 .....	40
Comissão de Implantação UFFS toma posse nesta quarta-feira (11), em Brasília (CUT Nacional) 10/02/09.....	40
Anfavea: Produção de veículos dobra em janeiro, (CUT Nacional) 10/02/09 .....	41
São Paulo: confira programação gratuita e de qualidade (CUT Nacional) 10/02/09.....	41
Contraf faz encontros de dirigentes sindicais do Bradesco e do Santander/Real (CUT Nacional) 10/02/09.....	42
Professores do Mato Grosso entram em estado de greve (CUT Nacional) 10/02/09.....	42
Câmara dos Deputados debate redução da jornada (CUT Nacional) 10/02/09.....	43
Trabalhadores na Scania solidários aos terceirizados (CUT/SP) 10/02/09.....	44
Sem pagamentos, jornalistas param na Editora Símbolo (CUT/SP) 10/02/09 .....	44
Bancários marcham por emprego (CUT/SP) 10/02/09.....	44

## **Consumo de gás natural recua na indústria (Folha de S. Paulo) 11/02/09**

DA SUCURSAL DO RIO

A crise global derrubou o consumo de gás natural no país e a Petrobras convive atualmente com uma sobra entre 14 milhões e 16 milhões de metros cúbicos/dia do produto. Esse volume é quase a metade da capacidade do gasoduto Brasil-Bolívia -30 milhões de metros cúbicos. A empresa reduziu as importações da Bolívia e paralisou a extração em alguns poços nacionais.

Excluído o gás usado pelas usinas termelétricas, o consumo caiu desde o pico de 37,8 milhões de metros cúbicos/dia em outubro até chegar a 28,9 milhões em janeiro -queda de 23,5%. Na média dos primeiros dias de fevereiro, reagiu um pouco e está em 29,9 milhões, disse a diretora de Gás e Energia da Petrobras, Maria das Graças Foster.

TENDÊNCIAS/DEBATES

## **Almoços de graça saem caros (Folha de S. Paulo) 11/02/09**

ROBERTO SMERALDI

-----  
Falta de informação e equívocos caracterizam a consulta pública sobre o Plano Decenal de Energia, que vai até o final do mês  
-----

FALTA DE informação e equívocos caracterizam a consulta pública sobre o Plano Decenal de Energia, em andamento até o final do mês. Não se comparam opções alternativas e se compram promessas de lobistas, tanto na relação entre clima e energia quanto a respeito dos bolsos do consumidor e do contribuinte.

Apesar de o plano de energia ignorar o plano de clima, todos concordam que combustíveis fósseis são um problema: nem sequer o governo assume essa escolha. Pelo contrário, justifica o investimento em termoelétricas como uma alternativa, suja, mas inevitável, a partir do fato de que ambientalistas teriam impedido a construção de usinas hidroelétricas.

Mesmo sem saber quais seriam as usinas abortadas por causa de ambientalistas, a questão-chave é que tanto o governo quanto os que criticam o plano acabam repassando a mesma ideia, isto é, que hidroelétricas emitiriam menos carbono do que as termoelétricas.

Esse equívoco decorre do fato de que o Brasil possui parte de um milagre energético chamado Itaipu, a mais eficiente usina de grande escala do mundo. Devido a condições únicas de queda e localização, ela atinge menos de 0,6% das emissões de uma geração equivalente por térmicas. Além disso, possuímos outras duas usinas excepcionalmente eficientes, em Segredo (PR) e Xingó (SE), que emitem menos de 2% em relação a uma térmica. Juntas, geram quase um quinto de nossa eletricidade.

Esse padrão não tem parentesco com a realidade da Amazônia, onde temos quatro usinas, todas emitindo mais carbono do que as térmicas. É o próprio inventário oficial das emissões de gases de efeito estufa que confirma isso, embora calcule apenas uma parte das emissões, aquelas da superfície do reservatório.

Em três casos -Balbina (AM), Curuá-Una (PA) e Samuel (RO)-, a emissão atinge uma escala descomunal, muito superior à de uma usina a carvão que produzisse a mesma energia. No outro caso, o de Tucuruí (PA), as emissões do reservatório são equivalentes às de uma térmica a gás, e se considerarmos as emissões completas -incluindo as de turbinas, vertedouro, cimento e desmatamento dos entornos-, também passamos o padrão de uma usina a carvão. Isso acontece porque, em regiões tropicais com muita biomassa -como é o caso da Amazônia-, há enorme emissão de metano, o gás de efeito estufa mais impactante. Os cientistas explicam isso comparando os lagos no meio da floresta a enormes garrafas de refrigerante recém-abertas.

É justamente na Amazônia que são planejadas as novas grandes hidroelétricas, nos rios Madeira, Xingu e Tapajós: trata-se de verdadeiras bombas, em termos de impacto sobre o clima, agravadas pela falta de governança nos arredores, que gera mais desmatamento.

Não se deve hostilizar a energia hidroelétrica em si, que jogou e pode jogar papel importante no desenvolvimento do país, mas não se pode confundir o termo renovável com carbono neutro. Não existe almoço de graça, como diria Milton Friedman: existem fontes com balanços mais favoráveis, como bagaço de cana, eólica ou solar, mas não há novas Itaipus.

Essa constatação leva ao ponto crucial do plano: em vez de um páreo entre lobistas para decidir quem é menos sujo -térmicas ou hidroelétricas na Amazônia?-, deveríamos focar a eficiência energética como opção de geração de emprego e de vantagem competitiva, rumo a um desenvolvimento duradouro e sólido.

A meta primordial do plano deveria ser a de reduzir drasticamente a energia que jogamos pelo ralo. De acordo com o TCU (Tribunal de Contas da União), ela passa (apenas na distribuição) dos 20% do total que produzimos, mais que o

dobro da Argentina, quatro vezes mais que o Chile e sete vezes mais que a Alemanha. Joga-se fora o equivalente a todo o consumo dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Ceará e Pernambuco.

O pior é que o TCU revela que esse desperdício é tolerado e não se tomam sequer medidas sem custo, de tipo meramente regulatório, para estimular as concessionárias a evitá-lo. O tribunal alerta que essa omissão é "determinante" das pressões para gerar mais energia, com altos custos, prazos maiores e mais vulnerabilidade frente a possíveis apagões.

O último relatório do TCU sobre o desperdício -de outubro do ano passado- nem sequer foi respondido por qualquer responsável. Se somarmos ao segmento da distribuição os da geração e do consumo, repararemos que nossa eficiência poderia quase dobrar, com um potencial de investimentos que supere a atual matriz baseada no desperdício.

O consumidor paga a conta da energia jogada fora e a economia global paga aquela da crise climática.

-----  
ROBERTO SMERALDI , 48, jornalista, é diretor da Oscip Amigos da Terra - Amazônia Brasileira.

## **Aécio cancela inclusão de inadimplentes no SPC (Folha de S. Paulo) 11/02/09**

Tucano se diz "sensível à crise" e cancela ato da Cemig

PAULO PEIXOTO  
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

Sete dias após a estatal Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) ter anunciado que mandaria para SPC e Serasa (órgãos de proteção ao crédito) os nomes dos inadimplentes com a conta de luz, o governador Aécio Neves cancelou o ato alegando estar "sensível à grave crise econômica que afeta o país e, por conseguinte, as famílias mineiras".

Potencial candidato a presidente em 2010 pelo PSDB, Aécio disse que era inoportuna a decisão da Cemig, que valia desde o dia 3 passado, conforme o comunicado emitido pelo governo mineiro.

"Tal medida estava sendo estudada pela Cemig por já ser aplicada por distribuidoras de energia elétrica que atuam em diversos Estados da federação brasileira. Porém, o governador Aécio Neves considerou inoportuna sua adoção", informou. A Cemig é controlada pelo Estado, que detém 51% do seu capital votante.

A decisão da estatal vinha sendo criticada pelo Ministério Público, que estudava recorrer à Justiça para impedir a adoção da medida. Órgãos de defesa do consumidor também contestavam a decisão, mas reconheciam que era uma decisão legal, apesar de indevida -a Cemig já tem a possibilidade de punir os inadimplentes com o corte da energia elétrica, desde que anunciado com antecedência.

### **5,5% do faturamento**

Na semana passada, a Cemig informara que todos os meses cerca de 500 mil dos 6,5 milhões de consumidores da estatal ficam inadimplentes. As dívidas, conforme relatou a companhia na ocasião, chegam a representar 5,5% do faturamento total da empresa.

No comunicado, o governo disse que, apesar de a inadimplência atingir 5%, "apenas 200 mil se enquadrariam nos critérios que haviam sido estabelecidos pela empresa" para que os serviços de proteção ao crédito fossem de fato acionados.

## **Dilma critica demissões "além do que a crise justificaria" (Folha de S. Paulo) 11/02/09**

RANIER BRAGON  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Fazendo coro ao colega Carlos Lupi (Trabalho), a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) criticou na noite de anteontem o que classificou de demissões "além do que seria justificável" na esteira da crise. Diante disso, o governo priorizaria agora investimentos e desonerações que resultem na manutenção ou criação de empregos.

Dilma participou de reunião fechada com integrantes do Diretório Nacional do PT. A versão sobre o que a ministra falou em seus 40 minutos de discurso foi publicada no site do PT e dita à Folha por petistas que participaram do encontro.

Segundo o site do PT, Dilma reclamou dos cortes "além do que seria justificável". Participantes da reunião destacaram que a ministra afirmou que o Planalto priorizará setores em que avalie que a ajuda resultará em um grau maior de manutenção ou criação de vagas. A assessoria da Casa Civil não respondeu à Folha até a conclusão desta edição.

Lupi tem defendido que as desonerações ou financiamentos governamentais tenham como condicionante a manutenção do emprego. A área econômica do governo, entretanto, vê dificuldades para colocar isso em prática.

Dilma teria dito que "um governo excepcional aproveita as oportunidades da crise" e defendeu a opção do governo de não vender bancos públicos. "A reação [à crise], nos primeiros momentos só foi possível porque o governo tinha quatro bancos [que usou para elevar a oferta de crédito]."

Ontem, o Diretório Nacional do PT aprovou resolução em que defende a atuação do governo em relação à crise, mas critica a política de juros do Banco Central. O texto, que não havia sido divulgado até o fim desta edição, incluiria grande parte dos argumentos usados por Dilma.

PAULO RABELLO DE CASTRO

## O Brasil e a crise: a ficha ainda não caiu (Folha de S. Paulo) 11/02/09

-----  
Não caiu a ficha do significado da crise como transformadora da sociedade e das relações do país com o mundo  
-----

DESDE O início da queda livre da produção, entre novembro e dezembro, os governos do mundo se veem na obrigação de "dar respostas imediatas e eficazes" à crise que pegou a todos. No Brasil, duas coisas boas aconteceram. Primeiro o fato de o governo ter agido com parcimônia e destreza numa ação concatenada antipânico e bem coordenada pela dupla MM (Meirelles-Mantega). Outros países não tiveram tanta sorte e estão em situação dramática, que requererá pelo menos dois anos até a recomposição da confiança e da liquidez.

A segunda coisa boa foi o sistema produtivo brasileiro haver reagido com extrema velocidade, flexibilizando salários, cortando supérfluos e baixando estoques vigorosamente.

Mas tem também a parte ruim. Aparentemente, em Brasília, o Congresso não viu nada nem lê jornais, enquanto avança a politicagem e a tentativa de aumento de gastos. O castelo de deputado Moreira, embora chocante pela falta de gosto, não repercute mais do que uma beirada das loucuras financeiras aprovadas por seus pares todos os dias.

E, do lado de cá, nas representações políticas do setor privado nacional, tampouco parece haver caído a ficha da crise. Sim, houve ajustes da produção por todos os cantos, mas a ficha que ainda não caiu é a do significado dessa crise como transformadora da sociedade e das relações do Brasil com o mundo. A rarefeita elite nacional está perplexa, quase abobalhada, deixando passar entre as pernas a bola que o mundo lança ao Brasil por ter sido um dos poucos países preservados das loucuras financeiras que arruinaram tantas nações mais fortes. No próximo G20, em Londres, ao início de abril, esse destaque brasileiro ficará mais evidente.

E qual a pauta, o plano estratégico, o programa de crise e pós-crise que o setor privado estaria vendendo ao presidente Lula como remédio à inevitável derrubada do ritmo da produção em 2009-10? Para dizer a verdade, nada que se saiba. Essa seria, no entanto, a hora justa de avançar, não só porque a visão da crise aguça as inteligências (ou deveria...) mas principalmente porque não haverá de novo oportunidade igual a essa para o avanço relativo do Brasil, nesta ou na próxima geração.

Em recente reunião na Federação das Indústrias, pudemos sentir como está vago o assento das ideias boas e práticas com as quais o setor privado poderia fustigar as capacidades operativas do governo. Não adianta posar de crítico do programa de emergência do BNDES, os R\$ 100 bilhões que se pretende alocar como financiamentos, se nada de novo é apresentado como alternativa, pelos representantes do setor privado, além de pedidos de verbas de socorro.

Aí vem o megaprotecionismo dos países ricos defendendo seus empregos. Qual a programada reação do nosso setor produtivo? Não sabemos.

Ai vem o desafio da preservação das empresas médias e pequenas, geradoras da grande massa de empregos no país. Qual a política de liberação efetiva de recursos para essa camada de empresários? Desconhecemos. Os bancos precisam abrir gradualmente as torneiras do crédito. Como se fará a reforma financeira, que consiste, para começar, em baixar de fato o compulsório dos bancos? Silêncio constrangedor...

E a taxa de câmbio, que não dará conta do ajuste da balança comercial minguante, exigindo um programa completo de medidas para baixar o "custo-Brasil" dos exportadores e importadores? Tampouco sabemos...

A ficha da oportunidade de avançar ainda não foi capturada pela rala elite tupiniquim. Tomara que a perplexidade não dure para sempre.

-----  
PAULO RABELLO DE CASTRO, 59, doutor em economia pela Universidade de Chicago (Estados Unidos), é vice-presidente do Instituto Atlântico e chairman da SR Rating, classificadora de riscos. Preside também a RC Consultores, consultoria econômica, e o Conselho de Planejamento Estratégico da Fecomercio SP. Escreve às quartas-feiras, a cada 15 dias, nesta coluna.

[paulo@rcconsultores.com.br](mailto:paulo@rcconsultores.com.br)

## **Governo quer liberar FGTS e incentivar acordo trabalhista (Folha de S. Paulo) 11/02/09**

Saque ajudaria trabalhador a reforçar renda perdida com reduções de jornada e salário

Demissões em janeiro preocupam Planalto, que também cogita reduzir tributos das empresas durante o prazo do acordo

KENNEDY ALENCAR  
JULIANNA SOFIA  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Preocupado com o desemprego, que continuou subindo em janeiro, o governo já estuda uma forma de facilitar acordos coletivos com redução de jornada de trabalho e de salário. Além de avaliar a possibilidade de reduzir tributos sobre a folha de pessoal durante o prazo do acordo, a equipe econômica analisa permitir que o trabalhador possa sacar parte do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para complementar a renda perdida.

Com o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a proposta, próxima ao que defende a Fiesp (Federação da Indústria do Estado de São Paulo), começou a ser discutida ontem à noite em reunião no Ministério da Fazenda.

Participaram os ministros Guido Mantega (Fazenda), Carlos Lupi (Trabalho) e Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência da República), além do assessor especial Bernard Appy, que coordena os estudos.

O governo já tem números preliminares indicando que o fechamento de postos de trabalho no mercado formal continuou em janeiro, apesar de os dados preliminares indicarem que foi menor que as 654 mil vagas fechadas em dezembro. Oficialmente, Lupi tem dito que a situação vai melhorar a partir de março, mas a queda registrada no nível de atividade da indústria no final do ano passado traz dúvidas a essa projeção.

A proposta em estudo no governo -que ainda precisará de aprovação de Lula- prevê que o governo reduza temporariamente tributos sobre a folha de pessoal, o que diminui o custo de produção. Em troca, apurou a Folha, as empresas beneficiadas pela medida devem se comprometer com a manutenção dos empregos. A CUT (Central Única dos Trabalhadores), ligada ao PT, já se manifestou contra essa medida.

No caso dos trabalhadores, a ideia é que parte do dinheiro depositado no FGTS possa ser sacada mensalmente, durante o acordo, para complementar a renda. A avaliação preliminar do governo é que esse tipo de mudança pode ser feito sem mudança na atual legislação trabalhista. O governo estuda ainda a ampliação no número de parcelas do seguro-desemprego, uma reivindicação das centrais sindicais.

Conforme a Folha publicou ontem, acordos prevendo flexibilização do contrato de trabalho já atingem 40,6 mil metalúrgicos no Estado de São Paulo desde o agravamento da crise. São funcionários de 66 empresas, que adotaram, com o aval dos sindicatos, medidas como banco de horas e redução de jornada de trabalho com queda proporcional do salário.

Dados divulgados pelo IBGE na segunda-feira passada mostram ainda que o emprego na indústria teve a maior queda em oito anos: recuou 1,8% em dezembro na comparação livre de influências sazonais com novembro. Foi a maior retração da série história do instituto iniciada em 2001.

Foi o terceiro mês consecutivo de redução no nível de emprego na indústria. Nesse período, impulsionado pelo impacto da crise, a perda acumulada chega a 2,5%.

## **Classe média volta a se expandir, afirma FGV (Folha de S. Paulo) 11/02/09**

PEDRO SOARES  
DA SUCURSAL DO RIO

A chamada classe média emergente segue em expansão nas seis principais metrópoles do país e passou a representar 53,8% da população em dezembro de 2008, segundo dados do Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Esse percentual era de 51,8% no mesmo período de 2007.

A participação da classe C subiu num ano em que o rendimento nas maiores metrópoles cresceu 3,4%, impulsionada especialmente pelo reajuste do salário mínimo.

A FGV constatou ainda uma expansão das classes de renda mais elevada, as A e B, cuja participação subiu de 14,76% da população em dezembro de 2007 para 15,33% em dezembro de 2008.

Houve, desse modo, uma migração de pessoas que estavam nas classes de renda mais baixa para as de rendimento mais alto, com o consequente encolhimento das classes D e E.

"O ano de 2008 foi brilhante, excepcionalmente bom. A dúvida é o que vai acontecer em 2009, quando a crise será mais sentida", disse à Folha Marcelo Neri, autor da pesquisa, batizada de "Crônicas de uma Crise Anunciada: Choques Externos e a Nova Classe Média".

Em agosto, a FGV divulgou pesquisa semelhante, que mostrou que a classe média tida como emergente -o estrato econômico C- passou de 44% da população em abril de 2002 para 52% em abril de 2008. A proporção de miseráveis nas maiores regiões metropolitanas caiu de 35% para 25% no mesmo período.

## **Escassez de crédito eleva juros do BNDES (Folha de S. Paulo) 11/02/09**

Empresários reclamam com o governo, que pressiona o banco; taxas cobradas ainda são abaixo da média

JULIANA ROCHA  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O aumento do custo do dinheiro por causa da crise atingiu também o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Ao anunciar ontem a flexibilização nas regras para oferecer crédito às empresas, o presidente do banco, Luciano Coutinho, admitiu que os juros de algumas linhas de financiamento subiram.

Com isso, uma modalidade de capital de giro para investidores, que tinha incidência de juros de 8,75%, passou a ter juros de 11,25% ao ano. A linha do Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) passou de 7,15% ao ano para 7,97% ao ano para os empresários que quiserem financiar todo o valor da máquina.

Mesmo com o aumento, são juros mais baixos do que a média de mercado. Segundo dados de dezembro do Banco Central, os juros médios cobrados em linhas de capital de giro são de 38,2%. Os juros médios para empresas em qualquer linha são de 30,7%.

Segundo Coutinho, o custo médio das operações do BNDES subiu de 8,34% ao ano para 8,51%. Os juros finais variam conforme a linha de financiamento e o risco da empresa.

O governo já havia recebido reclamações do setor privado de que o dinheiro do BNDES estava muito caro. Coube ao Ministério da Fazenda fazer o recado chegar ao banco e pressionar por mudanças. O BNDES nega interferência.

Ainda assim, pressionado pelo governo, o banco reduziu os juros de uma linha de capital de giro chamada PEC (Programa Especial de Crédito) de 16,05% para 14,5%. Essa modalidade de financiamento pode ser contratada por empresa de qualquer setor, mesmo que não esteja com planos de investir. O banco também aumentou o prazo da operação, de 13 meses para 36 meses. Outra linha que teve redução dos juros foi a de pré-embarque. O crédito tomado para exportação de bens de capital caiu de 13% para 11,25% ao ano. E para exportação de bens de consumo caiu de 15% para 13,75% ao ano.

Coutinho disse que 60% das operações do banco continuarão com juros mais baixos, tendo a TJLP como referência. Nessas operações estão incluídas todas as obras do PAC, além de projetos de investimentos sociais e inovação tecnológica.

## **Lula ataca imprensa e diz que "povo não é marionete" (Folha de S. Paulo) 11/02/09**

Para presidente, mídia não deu chance para prefeitos "mostrarem que não são ladrões"

Ao discursar para plateia de cerca de 4.000 prefeitos, petista afirma que corta "até batom de dona Dilma", mas não suspende obras do PAC

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Diante de uma plateia de cerca de 4.000 dos 5.564 prefeitos do país, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem a imprensa ao rejeitar o tom eleitoral do encontro organizado pelo governo federal, mas fez promessas típicas de campanha, sobretudo ao dizer que pode cortar de tudo no governo, "até o batom" da ministra Dilma Rousseff, menos obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Lula foi aplaudido no evento, mas o "pacote de bondades" anunciado frustrou parte dos presentes. "Os prefeitos queriam medidas que aumentassem a arrecadação e dessem maior flexibilidade para enfrentar a crise. Mas o governo quer empurrar programas que podem desequilibrar ainda mais as contas", afirmou, ao final, Paulo Ziulkoski, presidente da CNM (Confederação Nacional de Municípios).

As seis medidas desse "pacote de bondades", nem todas inéditas, foram associadas na véspera pela imprensa à possível candidatura da ministra Dilma à Presidência em 2010, o que irritou Lula. "Fiquei triste como leitor porque estão abusando de minha inteligência. Tem gente que pensa que o povo é marionete, é vaca de presépio. Disseram que este ato eu ia fazer o pacote da bondade e que o presidente vai dar dinheiro para prefeito bandido. Como é fácil julgar as pessoas. Não deram nem sequer a oportunidade para vocês [prefeitos] mostrarem que não são os ladrões que escrevem que vocês são."

Lula prosseguiu: "Não é possível que a gente possa se calar diante de tamanha ofensa. Disseram que é um ato para promover dona Dilma Rousseff. São pessoas pequenas. Eu, graças a Deus na minha vida, nunca tive favor de ser eleito porque a imprensa me ajudou".

Apesar de negar o tom eleitoral no discurso de 50 minutos, Lula fez referências positivas à ministra e atacou indiretamente o governador José Serra (PSDB) e o prefeito Gilberto Kassab (DEM) pelo índice de analfabetismo em São Paulo.

Em uma série de autoelogios, o presidente afirmou que "nunca antes na história deste país" os prefeitos tiveram tantas políticas sociais e obras públicas viabilizadas pela União. A frase foi a introdução para falar do PAC, carro-chefe da pré-campanha de Dilma. Apesar da ênfase dada por Lula ao principal programa do seu segundo mandato, o PAC gastou até agora só 40% de seu orçamento original.

Entre os seis atos assinados por Lula está a medida provisória que possibilita o parcelamento de débitos com o INSS em 20 anos, solução adotada quatro vezes nos últimos 12 anos e que ainda não resolveu o problema -a dívida só cresce. Os prefeitos, porém, esperavam mais, ao se deslocarem até Brasília para ouvir Lula. "Para mim o governo só reassume o compromisso de que os programas vão chegar. O PAC na minha região, o Jequitinhonha, ainda não é realidade", disse o prefeito de Francisco Badaró (MG), José Oliveira (PDT), lembrando-se de que já recusou o programa Caminho da Escola. "Esse não é de agora."

Um dos principais argumentos do Planalto para realizar o evento foi o de que ele seria uma forma de "apresentar" os diferentes programas do Executivo aos recém-empossados. Cerca de 40% dos prefeitos foram reeleitos em 2008. No discurso, Lula reclamou da burocracia na relação entre União e municípios e citou as enchentes em Santa Catarina como exemplo da dificuldade de repassar recursos, mesmo em meio a catástrofes.

O evento, organizado pelo governo, se sobrepõe à tradicional marcha dos prefeitos, que ocorria todos os anos. Ontem, no palco, o clima foi de elogios ao Planalto, exceto no discurso de Ziulkoski. "Não dá mais para que Brasília tome a decisão e os prefeitos tenham que assumir. Vamos fazer enfrentamento contra o INSS para que pare de abocanhar a parte dos municípios", disse. Ele foi aplaudido de pé pelos prefeitos. (SIMONE IGLESIAS, LETÍCIA SANDER E FERNANDA ODILLA)

## O PACOTE DE LULA

### DÉBITO COM INSS

Medida provisória permite o parcelamento das dívidas das prefeituras com o INSS em até 240 meses. Hoje, o prazo é de 60 meses. É quarta vez que o governo Lula reparcela as dívidas. Muitas prefeituras parcelaram os débitos e ganharam certidão negativa de débito. Depois, voltaram a ficar inadimplentes

### AMAZÔNIA

Medida provisória sobre regularização fundiária. Ministério do Meio Ambiente exigiu que desmatamento seja punido com a suspensão do título de posse, sem a distribuição de terras em áreas de conservação e com a concessão do título definitivo só zerando o passivo ambiental

### FERROVIAS

Decreto autoriza transferência de bens da extinta rede ferroviária federal para a Secretaria de Patrimônio da União. O financiamento é condicionado a crédito do BNDES

### EDUCAÇÃO

Decreto amplia o programa "Caminhos da Escola" à zona rural. O governo reservou R\$ 600 milhões para este ano

### NOVO PRAZO DE ITR

Decreto do Imposto Territorial Rural prorroga por prazo indeterminado a possibilidade de os municípios optarem pelo convênio com a Receita

## **Dilma diz que deve sair do gabinete, e FHC quer candidato (Folha de S. Paulo) 11/02/09**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA  
DA REPORTAGEM LOCAL

Enquanto a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) assumiu ontem, em Brasília, o discurso de candidata e disse que é hora "de sair dos gabinetes", o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso pediu a deputados, em São Paulo, que o PSDB defina logo seu concorrente à sucessão do presidente Lula.

Ao ser indagada se atenderia ao pedido de integrantes da Direção Nacional do PT de participar de reuniões frequentes com militantes petistas, partidos aliados e movimentos sociais, a ministra afirmou que vai "aceitar a sugestão".

"Acho que um dos papéis do governo hoje é sair dos gabinetes, porque nós construímos o processo pelo qual estamos conseguindo enfrentar a crise em melhores condições." Ela disse que percorrerá o país para fiscalizar as obras do PAC.

"O olho do dono engorda o boi. O PAC é o nosso boi, e é um boi já bem gordinho", disse Dilma ao chegar na festa de comemoração dos 29 anos do PT, realizada ontem, em Brasília.

Ao adotar o discurso de candidata -afirmou que o PT está "maduro" para fazer um leque de alianças amplo-, a ministra disse que o PT é o único partido de massas "que o país teve em sua história".

Tucanos

Em um encontro com dez deputados tucanos em São Paulo, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu a rápida definição do candidato do PSDB à Presidência.

FHC lembrou que o PT já lançou a candidatura de Dilma ao cargo. E, de acordo com o deputado Luiz Paulo Vellozo Lucas (ES), "alertou para o perigo" de subestimá-la.

Na reunião, proposta pelo movimento de dissidentes da bancada, FHC sugeriu que os deputados canalizassem sua energia para o combate ao PT -e não para a briga interna.

Para ele, há grandes chances de o PSDB eleger o presidente, mas "não será uma guerra fácil". Na conversa, FHC disse que, sem candidato, a oposição fica sem porta-voz. Ele duvidou do risco de o governador Aécio Neves -com quem conversara na véspera- deixar o partido. (RANIER BRAGON e CATIA SEABRA)

## **Petrobrás anuncia projeto de se tornar exportadora de gás natural (O Estado de S. Paulo) 11/02/09**

Plano é estocar e liquefazer o produto excedente e depois transportá-lo para venda em navios regaseificadores

Kelly Lima, RIO

A Petrobrás quer se tornar uma grande player no mercado internacional de Gás Natural. A estratégia será estocar e liquefazer no país o gás produzido que não for utilizado para a geração da energia térmica, visando sua exportação, tanto para o Cone Sul, quanto para Estados Unidos e União Europeia. Mesmo assim, a estatal não deve abrir mão da importação de gás natural da Bolívia e já prevê a prorrogação do contrato para a aquisição de 30 milhões de metros cúbicos por dia, que expiraria em 2019.

"Não temos hoje dados que nos permitam confirmar nossa autossuficiência em gás num futuro próximo, mesmo com as descobertas do pré-sal, porque afinal há a necessidade de maior detalhamento daquela área", disse a diretora de Gás e Energia da estatal, Graça Foster, que concedeu ontem entrevista para detalhar os planos de negócios da companhia em sua área ano período entre 2009 e 2013.

Do total de US\$ 10,6 bilhões, exatamente a metade será destinada a novos projetos. Entre eles, os principais são mais duas unidades de regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) e uma primeira unidade de liquefação para ser instalada em terra (on shore) próximo ao entroncamento dos ramais de gasodutos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Este terminal de liquefação - inédito no país - será a porta de acesso da Petrobrás à comercialização internacional do gás natural.

Isso porque, com ele, a estatal poderá estocar em forma líquida, o gás produzido e transportá-lo em seus navios regaseificadores. "Nossa prioridade é atender ao mercado de geração de energia. Mas num país em que há geração híbrida - de hidrelétricas e térmicas - ficamos com excedente de gás natural quando os reservatórios estão cheios. Somos uma loja e nossa função é dar o melhor encaminhamento ao gás produzido aqui", disse.

Sem falar em valores, ela comentou que esta primeira unidade de liquefação poderia ter capacidade para processar 2,5 milhões de toneladas por ano, ou 10 milhões de metros cúbicos por dia. Mas este número ainda é embrionário, podendo aumentar.

Segundo ela, não está descartada a perspectiva de parceria com um investidor estrangeiro que tenha know-how no segmento de GNL.

Mesmo contando com o excedente de oferta para a exportação, Graça comentou que a partir de 2011 a companhia deve iniciar as negociações para renovar o contrato de importação de gás natural da Bolívia, que expira em 2019.

"Conhecemos muito bem as reservas da Bolívia e é nosso interesse continuar importando este gás. Nós somos o mar da Bolívia e temos interesse em manter esta parceria. Mas claro que já temos uma maior maturidade neste setor e o novo contrato deverá ser discutido em novas bases", disse.

Hoje, o Brasil está importando em torno de 20 milhões de metros cúbicos por dia de gás boliviano, bem aquém da capacidade máxima possível de 31,8 milhões.

## NÚMEROS

20 milhões

De metros cúbicos por dia é quanto o Brasil importa hoje de gás natural da Bolívia

31,8 milhões

De metros cúbicos por dia é a capacidade de importação de gás natural do Brasil

## **Cesp sobe com rumor sobre concessões (O Estado de S. Paulo) 11/02/09**

AÇÃO DO DIA

Cesp PNB subiu 6,38%, em meio a rumor de que a União estaria para anunciar a renovação das concessões de hidrelétricas que vencem a partir de 2015. Nenhum anúncio oficial foi feito pelo governo federal.

## **Google entra no mercado de "energia inteligente" (O Estado de S. Paulo) 11/02/09**

The New York Times, SAN FRANCISCO

O Google anunciou ontem sua entrada no mercado pequeno, mas em expansão, de "rede elétrica inteligente" (smart grid), tecnologias digitais que procuram, ao mesmo tempo, manter o sistema elétrico em uma situação de equilíbrio e reduzir o consumo de energia elétrica. Várias empresas buscam maneiras de controlar a demanda por energia elétrica como uma alternativa à construção de mais usinas. O Google desenvolveu um serviço gratuito na internet, chamado PowerMeter, que permite aos consumidores medir o uso de energia em casa e na empresa, no momento em que a energia é consumida.

O Google espera que outras empresas fabriquem equipamentos para fornecer dados ao PowerMeter. Apesar de a empresa querer lançar o serviço nos próximos meses, ainda não teve adesão de fabricantes de equipamentos. "Não conseguimos desenvolver sozinhos esse produto completo", disse Kirsten Olsen Cahill, uma gerente do Google.org, braço filantrópico da empresa. "Dependemos de todo um ecossistema de prestadoras de serviços, fabricantes de equipamentos e políticas públicas que permitam aos consumidores ter acesso detalhado ao uso de energia em sua casa, para tomar decisões mais inteligentes."

"Smart grid" é a expressão da moda no setor de energia, englobando várias medidas que incluem mais comunicação entre as empresas de energia e componentes da rede, como transformadores, linhas de energia, medidores e até mesmo eletrodomésticos, como lavadoras de louça. "Eles colocam há muito tempo um chip na sua lavadora de louças, que permitiria que você a mandasse funcionar a qualquer momento que quisesse", afirmou Rick Sergel, presidente da North American Electric Reliability Corp., associação que define padrões abertos para a rede elétrica. "Se a empresa de eletricidade conseguisse conversar com a lavadora, poderia dizer à máquina para trabalhar às 2 horas da manhã no lugar de 2 horas da tarde, ou dizer ao dono da casa quanto poderia economizar se usasse a máquina num outro horário."

A rede inteligente também pode ser útil para carros híbridos, reconhecendo-os da mesma forma que a rede de telefonia celular reconhece um aparelho quando ele é ligado. A empresa poderia cobrar o dono do carro pela energia independentemente dos locais em que ele recarrega o veículo.

## **CUT faz protestos em todo o País (O Estado de S. Paulo) 11/02/09**

EMPREGO E RENDA

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Coordenação Nacional de Lutas vão fazer protestos em todo o País hoje, na defesa do emprego e da renda dos trabalhadores. A principal concentração dos movimentos será em frente à sede da Vale, no Rio de Janeiro, uma das primeiras empresas a propor a redução de salários. Outras manifestações ocorrerão em São Paulo, São Bernardo (SP), Salvador, Manaus, Pelotas (RS), Teresina, Maceió e Vitória.

## **Aniversário do Código Florestal Brasileiro (O Estado de S. Paulo) 11/02/09**

Ciro Siqueira

No dia 23 de janeiro de 1934, há exatos 75 anos, foi instituído o primeiro Código Florestal Brasileiro. Há quase um século, o Brasil instituiu as raízes do que hoje é tido como uma das mais modernas leis ambientais do mundo.

A pena de Getúlio Vargas ratificou os trabalhos de uma comissão parlamentar criada em 1920 que dera roupagem legal às ideias de um botânico suíço chamado Albert Löefgren, o mesmo que hoje dá nome ao Horto Florestal de São Paulo. Löefgren foi o primeiro a intuir que, não tendo o Estado condição de controlar a passagem de terras do poder público ao domínio privado, a única maneira de proteger florestas era fazê-lo em terras privadas. Assim o botânico suíço imaginou um mundo onde cada propriedade privada tivesse um pequeno bosque em seus limites.

Essa ideia foi encampada pela comissão parlamentar encarregada de elaborar nosso código de leis florestais. Seu relator chamava-se Luciano Pereira da Silva. O relatório da comissão permaneceu numa gaveta enquanto as oligarquias rurais e o liberalismo dominaram os cenários político e econômico.

Quando a crise de 1929 e o cenário político nacional precipitaram a revolução de 1930, perderam espaço tanto as oligarquias rurais quanto o liberalismo econômico. No bojo das reformas nacional-estatizantes e do dirigismo econômico de Vargas, o Código Florestal foi rebuscado. Junto com um Código de Águas e um Código de Minas, Vargas assinou o Código Florestal, tornando não-privadas todas as fontes de minério e de energia que se podiam vislumbrar à época. Cabe lembrar que carvão e lenha eram a base da nossa matriz energética.

Mas eis que logo nos anos 30 se desenvolveram alternativas energéticas ao carvão e à lenha. São construídas as primeiras hidrelétricas e as primeiras empresas de transmissão de energia entram em operação. Imediatamente à promulgação, por um regime não democrático, nosso primeiro código de leis florestais caiu no ostracismo.

Nos anos 60, quase três décadas após sua instituição, durante o governo Jânio Quadros, foi criada uma comissão para reformar o Código Florestal. Sua coordenação foi entregue ao jurista Osny Duarte Pereira - anos antes, Osny havia escrito um vasto compêndio sobre o Código Florestal de 1934. A comissão coordenada por Osny escreveu um novo projeto de lei que, assim como o primeiro, permaneceu engavetado nos seus primeiros anos.

Em 1964, novamente sob um regime de exceção, o projeto de lei foi desengavetado. No intento de integrar para não entregar a Amazônia, o general Castelo Branco assinou o Novo Código Florestal Brasileiro, pela primeira vez instituindo a Reserva Legal. Pela nova lei, toda propriedade privada na Amazônia era obrigada a manter com vegetação original 50% da sua área. Um determinado número de colonos poderia, então, ocupar de facto uma determinada área enquanto ocuparia de direito o dobro dela. O governo militar integraria assim o dobro da área amazônica com o mesmo número de pessoas.

É improvável que Vargas e Castelo fossem ambientalistas à frente de seu tempo. É mais razoável supor que Vargas tentou estatizar as fontes de energia disponíveis e Castelo tentou tornar mais eficiente a ocupação da Amazônia. Embora as equipes técnicas que prepararam os dois projetos de Código Florestal tivessem de fato anseios conservacionistas, esses nunca foram os motivadores políticos da institucionalização da lei.

Em 1995, logo após a Eco 92, quando o Código Florestal já tinha 61 anos, o Brasil apresentou ao mundo um recorde histórico de desmatamento na Amazônia. Diante de pressão internacional, em 1996 o presidente Fernando Henrique Cardoso, via medida provisória, elevou os percentuais da Reserva Legal na Amazônia para 80%. Depois dessa medida, todas as propriedades privadas na Amazônia ficaram obrigadas a manter 80% de sua área com vegetação natural, inclusive aquelas que não tinham mais vegetação natural.

Desde 1996 ruralistas e ambientalistas travam uma guerra de informação, contrainformação e desinformação pelos percentuais da Reserva Legal na Amazônia. Ainda ontem ministros de Estado divergiam publicamente sobre o assunto. Mas será mesmo o tamanho da Reserva Legal o ponto a ser discutido?

No nascedouro, as reservas privadas tinham o objetivo de contornar a incapacidade pública de gerir suas próprias florestas. A solução foi passar à esfera privada a responsabilidade pelo provimento dos serviços ambientais das florestas. Uma vez que o Estado desenvolveu capacidade de instituir reservas públicas e unidades de conservação, faz algum sentido impor o ônus da conservação de florestas ao ente privado?

Quem deve prover à sociedade os serviços ambientais gerados pelas florestas, o Estado ou o privado? Esse é o ponto em torno do qual deveriam girar as discussões.

Fomos doutrinados a ver no Código Florestal uma lei de vanguarda e nem mais importa observar que o decreto de 1934, sua reformulação de 1965 e a medida provisória de 1996 nem sequer foram legitimados pelo Legislativo. Tampouco faz diferença observar que, aos 75 anos de idade, nosso Código Florestal é ineficaz.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, nos últimos 20 anos foram desmatados em média 17,5 mil km<sup>2</sup> de floresta amazônica por ano. Ou seja, em cada um dos últimos 20 aniversários do Código Florestal Brasileiro o mundo perdeu uma área de floresta amazônica equivalente a 11 mil parques do Ibirapuera.

Desde a instituição do Código Florestal Brasileiro, em 23 de janeiro de 1934, nos últimos 75 anos o Brasil perdeu uma grande fração da mata atlântica. Praticamente tudo o que perdemos do cerrado no Centro-Oeste perdemos nos últimos 75 anos e tudo o que perdemos de floresta na Amazônia perdemos nos últimos 75 anos. Há o que comemorar?

Ciro Siqueira é engenheiro agrônomo

## **Novo acelerador de partículas é planejado (O Estado de S. Paulo) 11/02/09**

Cientistas do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, em Campinas, projetam um acelerador de partículas três vezes maior do que o atual, que produziria quase o dobro de energia. O LNLS recebeu R\$ 2 milhões do Ministério da Ciência e Tecnologia para o projeto conceitual. Se aprovado, a construção inicia em 2013, e as operações, em 2018.

## **BNDES modifica regras e amplia crédito para empresas (O Estado de S. Paulo) 11/02/09**

Novos empréstimos já serão feitos com os R\$ 100 bilhões recebidos do Tesouro Nacional

Fabio Graner, BRASÍLIA

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, anunciou ontem a ampliação de linhas de crédito e mudanças de regras para facilitar o acesso das empresas aos financiamentos da instituição. Os novos empréstimos já serão feitos utilizando parte do aporte de R\$ 100 bilhões feito pelo Tesouro no banco. Por isso, algumas modalidades ficarão mais caras em relação ao padrão tradicional do BNDES, embora o custo continue mais baixo do que os juros de mercado.

Coutinho disse que as medidas vão permitir que o BNDES atinja a meta de emprestar R\$ 120 bilhões em 2009, anunciada pela instituição. Segundo ele, o volume ficará acima dos R\$ 110 bilhões previstos porque a demanda por recursos do banco aumentou e a instituição tem garantidos até R\$ 166 bilhões para financiamentos.

O executivo disse que o BNDES está agindo para suprir a lacuna deixada pela retração do sistema financeiro privado. Mas ressaltou que essa atuação, envolvendo recursos para capital de giro, é temporária. "As medidas buscam recompor o crédito e ajudar a economia a sair do fundo do poço. Se as empresas querem investir, é nossa obrigação apoiar. Estamos substituindo temporariamente o mercado de crédito, a custos mais baixos."

O Programa Especial de Crédito (PEC-BNDES), que viabiliza capital de giro para empresas, teve o custo básico reduzido em 1,55 ponto percentual, para 14,5% ao ano. Já o limite por beneficiário subiu de R\$ 50 milhões para R\$ 200 milhões.

Algumas operações, no entanto, ficarão mais caras porque o dinheiro do Tesouro, que permitiu ampliar os empréstimos, é remunerado a 8,75% ao ano - acima dos 6,25% anuais da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) cobrados pela instituição. Como esse juro mais elevado se concentra apenas em algumas linhas, a alta média no custo dos financiamentos será de 0,17% ao ano para 8,51% ao ano.

Coutinho destacou, porém, que 60% das operações do BNDES manterão o custo atrelado à TJLP. É o caso dos financiamentos de projetos prioritários, como obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apoio a inovação, meio ambiente, aquisição de máquinas e equipamentos, transportes, habitação e saneamento.

Foi ainda ampliada de 60% para 80% a participação máxima do banco no financiamento de empreendimentos de distribuição de energia, telecomunicações, petróleo e projetos de aumento de capacidade industrial. O custo será de

11,25% ao ano. Outra mudança foi numa linha de capital de giro vinculada a investimentos, que também terá custo de 11,25% ao ano, mas maior disponibilidade de recursos.

O banco ampliou de 80% para 100% a participação em financiamentos de máquinas e equipamentos para micro e pequenas empresas, no Finame. Essa alta também aumenta o custo final da operação. Os 20% a mais terão taxa de 11,25% ao ano, enquanto os 80% restantes serão pela TJLP mais 0,9%.

## **MPE vai investigar contratos em todo o Estado (O Estado de S. Paulo) 11/02/09**

Marcelo Godoy

O Ministério Público Estadual (MPE) decidiu investigar em todo o Estado os contratos mantido por 11 empresas acusadas de formar a chamada máfia da merenda escolar. Comunicado feito pela promotora Adriana Ribeiro Soares de Moraes, que coordena os promotores que atuam na área de Cidadania, Tutela Coletiva e Patrimônio Público, lista as cidades com as quais as empresas suspeitas mantêm contratos. São 32 cidades só no Estado de São Paulo - há ainda municípios do Paraná, Minas e Rio Grande do Sul.

Um dossiê sobre as investigações feitas pela promotoria de Justiça da Cidadania de São Paulo e pelo Grupo Especial de Delitos Econômicos (Gedec) está à disposição dos promotores para instruir possíveis ações em cada município em que as empresas atuam. A estratégia do MPE é a mesma utilizada em dezembro contra as empresas acusadas de compor a máfia dos parasitas, que teriam cometido fraude de R\$ 100 milhões em centenas de licitações em prefeituras e no governo do Estado para o fornecimento de medicamentos, material hospitalar e prestação de serviços.

A decisão da Prefeitura de São Paulo de fazer nova licitação e manter a terceirização da merenda ainda não foi informada oficialmente aos promotores que investigam o caso. "Não quero me manifestar e prefiro esperar a resposta da Prefeitura. Quero lembrar que existem estudos mostrando que a terceirização é ilegal. Caso isso se confirme, o Ministério Público se verá obrigado a tomar medidas drásticas em relação às autoridades envolvidas, pois essa situação não atende o interesse público", disse o promotor Silvio Antônio Marques. Ele explicou que a apuração do MPE deve continuar. Para ele, o mal maior é "a merenda de péssima qualidade que era servida para as crianças".

## **CTC terá 'fábrica' de mudas (O Estado de S. Paulo) 11/02/09**

Empreendimento permitirá aos produtores de cana associados comprarem mudas com garantia de sanidade

Gustavo Porto - O Estado de S.Paulo

- O Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), principal entidade de pesquisa e desenvolvimento de cana do País, completa 40 anos em 2009 com a inauguração de uma biofábrica capaz de produzir até 1 milhão de mudas de cana por mês. O CTC terá ainda, em sua sede, em Piracicaba (SP), a primeira planta-piloto brasileira de etanol celulósico para a produção do combustível a partir do bagaço e da palha da cana.

A fábrica de mudas, com previsão para ser inaugurada no fim do mês, foi construída dentro de um dos pavilhões do CTC, com investimento previsto de R\$ 1 milhão. Com a nova estrutura e novas técnicas de reprodução de mudas, a capacidade mensal de produção de mudas da biofábrica será duas vezes maior que as atuais 500 mil mudas produzidas em um ano pelo centro.

O principal benefício às 180 usinas brasileiras e produtores de cana associados ao CTC será a redução da área de viveiros de mudas de cana, já que as mudas desenvolvidas em laboratório poderão ser fornecidas pelo próprio CTC.

As mudas terão ainda garantia de sanidade, o que não é possível no cultivo de campo, onde as plantas estão sujeitas às pragas comuns. Entre elas está o bicudo da cana-de-açúcar (*Sphenophorus levis*), praga que se alastrou no País justamente por meio do transporte de matrizes, já que o inseto tem uma capacidade de voo pequena, o que limita seu avanço no campo.

## **Autoprodutores ficam de fora das licitações (Gazeta Mercantil) 11/02/09**

Brasília, 11 de Fevereiro de 2009 - O setor de autoprodução de energia investe atualmente cerca de R\$ 3 bilhões por ano e tem capacidade de produzir 5.549 mil MW de energia. Apesar dos grandes investimentos e da alta capacidade de

geração de energia, o setor reclama da falta incentivo do governo para a autoprodução e diz que a energia gerada de suas usinas poderia ser usada para o abastecimento do mercado.

Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica (Abiape), Mário Menel, as usinas das grandes empresas têm capacidade para vender energia ao mercado, além de garantir o consumo próprio. No entanto, para Menel, as normas para o setor ainda não estão bem esclarecidas. "O setor precisa de regras claras e o Brasil tem uma volatilidade muito grande em relação a isso", afirmou o presidente da entidade à Gazeta Mercantil.

Atualmente, as companhias que investem em geração de energia para o seu próprio consumo possuem 31 hidrelétricas, nove termelétricas e outras nove pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). A Abiape tem como associadas grandes empresas como a Vale, CSN Energia, Gerdau e Votorantim. (Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 3)(Ana Carolina Oliveira)

## **CCEE promete mudanças no cálculo da energia (Gazeta Mercantil) 11/02/09**

São Paulo/InvestNews, 11 de Fevereiro de 2009 - Ao completar 10 anos de existência, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) anunciou como uma de suas principais metas o aperfeiçoamento do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), medido a partir de dados climáticos, hidrológicos e informações sobre demanda e consumo.

Segundo Antônio Carlos Fraga Machado, presidente do Conselho de Administração da CCEE, o principal problema do PLD é a oscilação observada nos preços de energia. "Os modelos foram feitos em uma época em que o Brasil era estatal e isso refletia a economia e os recursos. Além disso, tudo era feito olhando para o horizonte futuro".

Em 2008, a CCEE havia realizado um workshop para tentar chegar a um consenso em relação aos preços de liquidação das diferenças, porém não foram tomadas medidas concretas nesse quesito. A câmara deverá apresentar outra proposta dentro dos próximos dias. Outro objetivo é aumentar o número de adimplência para 100% no mercado de curto prazo até o primeiro trimestre de 2010. Para isso, a CCEE analisará os contratos futuros dos fornecedores, iniciando assim uma projeção para os próximos seis meses. O histórico de inadimplência da CCEE é de 99,5% e a metodologia anterior era baseada na análise do histórico dos fornecedores por 2 anos, sendo que eram contabilizadas as últimas 3 inadimplências. (Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 3)(Aline Khouri)

## **Consumo de gás recua com a crise e País registra excedente (Gazeta Mercantil) 11/02/09**

Rio de Janeiro, 11 de Fevereiro de 2009 - A crise econômica global e o maior volume de chuvas recentemente, que encheram os reservatórios de hidrelétricas, diminuiram o consumo de gás natural no Brasil e, segundo a Petrobras, já há sobreoferta do produto. A diretora de gás e energia da estatal, Maria das Graças Foster, afirmou que há atualmente um excedente de 14 milhões a 16 milhões de metros cúbicos de gás ao dia.

Depois do recorde de consumo registrado em outubro de 2008, quando a demanda diária chegou a 37,8 milhões de metros cúbicos de gás destinado ao segmento não-térmico (que exclui o gasto das termelétricas a gás natural), o consumo nacional caiu nos meses seguintes.

Em novembro do ano passado, o consumo nacional de gás para segmentos como o industrial, o automotivo e o comercial ficou em 35,5 milhões de metros cúbicos diários, caindo para 29,3 milhões em dezembro e para 28,9 milhões de metros cúbicos por dia em janeiro. Portanto, o consumo médio de gás no Brasil, sem incluir as térmicas, caiu 23,5% entre outubro e janeiro.(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 3)(Reuters e Agência Brasil)

## **Estatal investirá US\$ 10,6 bi no setor até 2013 (Gazeta Mercantil) 11/02/09**

Rio de Janeiro, 11 de Fevereiro de 2009 - A Petrobras anunciou ontem o aumento de 70% de seus investimentos em gás natural e energia nos próximos cinco anos. O valor subiu de US\$ 6,2 bilhões, previstos para o período 2008-2012, para US\$ 10,6 bilhões até o ano de 2013. Essa previsão para o segmento de gás e energia consta do Plano de Negócios da empresa divulgado recentemente.

Ao detalhar os investimentos e projetos da companhia para o setor, a diretora de Gás e Energia da Petrobras, Maria das Graças Foster, informou que a meta para 2013 é de atender a uma demanda de 135 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural.

Deste total, 73 milhões de metros cúbicos por dia serão provenientes da produção nacional, mantendo a importação de cerca de 30 milhões de metros cúbicos diários da Bolívia e complementando a oferta com os 32 milhões de metros cúbicos/dia decorrentes das plantas de gás natural liquefeito (GNL). (Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 3)(Agência Brasil)

## **Grupo espanhol cresce e destaca o Brasil (Gazeta Mercantil) 11/02/09**

Madri, 11 de Fevereiro de 2009 - O lucro do grupo energético espanhol Gas Natural cresceu no quarto trimestre e em todo o ano de 2008, superando a barreira do bilhão de euros, enquanto a atividade de distribuição de gás na América Latina avançou quase 10%.

O lucro líquido no ano passado foi de € 1,057 bilhão, frente aos € 959 milhões de 2007, um acréscimo de 10,2%. No quarto trimestre, o grupo ganhou € 252 milhões, com alta de 8,2% sobre mesmo período do ano anterior.

O lucro do quarto trimestre, entretanto, foi inferior ao estimado pelos analistas pesquisados, que calculavam € 279 milhões.(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 3)(AFP)

## **CUT organiza protesto nacional contra cortes (Gazeta Mercantil) 11/02/09**

São Paulo, 11 de Fevereiro de 2009 - A Central Única dos Trabalhadores (CUT) programou para hoje uma série de manifestações nas capitais e principais cidades do País, no que denominou por Dia Nacional de Luta. O objetivo é reafirmar a defesa dos empregos e salários como prioridade do Brasil durante a crise, e protestar contra setores do empresariado, e políticos, "que se aproveitam do momento para reduzir salários e diminuir direitos", destacou Artur Henrique Silva, presidente da CUT.

Estão previstas mobilizações de rua, passeatas e panfletagens em portas de fábricas e praças públicas "para chamar a atenção da sociedade para a importância do fortalecimento do mercado interno para superar a crise", salientou Silva. Os sindicatos exigem medidas contra demissões e redução de salário, retenção do crédito, taxa básica de juros e spread bancário.

Uma das principais atividades será um ato político programado para às 16h, defronte a sede da Companhia Vale do Rio Doce, no Rio de Janeiro. Segundo comunicado da entidade, a escolha do local deve-se ao fato de a companhia "simbolizar o oportunismo de quem muito lucra e tem muito dinheiro, mas se aproveita do clima de temor para defender demissões e redução de salários."

Na capital paulista haverá mobilização na praça do Patriarca, com o objetivo de abrir um canal de diálogo com o governo de José Serra, "que até agora não fez nada para ajudar na luta contra o desemprego", avaliou o dirigente sindical. Outra grande mobilização programada deve acontecer no período da manhã, em São Bernardo do Campo, coordenada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A intenção, explica Silva, é realizar uma manifestação envolvendo todos os trabalhadores de diversas montadoras, em especial da Volkswagen. Apesar da ligeira recuperação verificada no setor em janeiro, o sindicalista considera que "as montadoras exageraram nas demissões".

Segundo o sindicalista, a análise que as montadoras fizeram da crise teria sido prejudicada "porque parte da imprensa ficou pintando um monstro, e aí as montadoras resolveram paralisar toda a produção". Ele considera a recuperação mostra que há possibilidade de diálogo para a manutenção de empregos no setor. "O reaquecimento é fundamental para retomar empregos".

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 6)(Bruno De Vizia)

## **Lula apela por mais rapidez em obras do PAC (Gazeta Mercantil) 11/02/09**

Brasília, 11 de Fevereiro de 2009 - O apelo por mais rapidez na execução de obras do PAC e por engajamento dos municípios no cumprimento das metas do milênio, e o mau humor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com as críticas

sobre o caráter eleitoral do pacote lançado pelo governo federal em socorro a prefeituras endividadas, dominaram o palco da abertura do encontro nacional de prefeitos eleitos, iniciado ontem. Para acelerar o PAC e gerar mais empregos, em tempos de crise, Lula defendeu a contratação de equipes adicionais para turnos duplos de trabalho nas obras já contratadas do programa - menina dos olhos do governo e plataforma de lançamento da eventual candidatura da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

"Nós cortaremos o batom da dona Dilma, nós cortaremos o meu corte de unha, mas não cortaremos uma obra do PAC", disse o presidente aos cerca de 4.500 mil prefeitos reunidos no megaencontro promovido pelo Palácio do Planalto. Lula mostrou-se especialmente irritado com a pecha de "pacote de bondades" atribuída ao conjunto de medidas lançadas ontem durante o evento, entre as quais a renegociação das dívidas dos municípios com o INSS e a liberação de R\$ 960 milhões em linhas de crédito do BNDES para a aquisição de maquinário.

"Ainda tem gente que pensa que o povo é marionete, é vaca de presépio", disse Lula, em tom de voz elevado. O ataque do presidente foi direcionado à imprensa. "Não percebem que o povo pensa com sua própria cabeça. Acabou o tempo em que alguém achava que podia interferir numa eleição porque é formador de opinião."

Além das medidas antecipadas pelo próprio Planalto, o governo anunciou ontem a doação de mil ônibus escolares para os municípios e a liberação de mais R\$ 700 milhões em linhas de financiamento para a compra de veículos para transporte de alunos.

Depois da divulgação do pacote, o presidente cobrou das prefeituras a redução dos índices de analfabetismo e mortalidade infantil, combate ao subregistro e incentivo ao crédito para o trabalhador rural. Aproveitou o embalo para criticar a política educacional do estado de São Paulo, governado pelo possível candidato tucano à sucessão presidencial em 2010, José Serra.

"Temos mais de 10% de analfabetos em São Paulo, o estado mais rico da Federação", alfinetou Lula, dirigindo-se ao prefeito da capital paulista, Gilberto Kassab (DEM).

#### Burocracia

O presidente Lula fez uma crítica enérgica à lentidão do processo de liberação de recursos para municípios atingidos por calamidades. Foi uma resposta a pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios, mostrando que apenas 5% dos recursos voltados para essas situações chegam às cidades.

"Quando há uma enchente, o prefeito decreta estado de calamidade pública, mas leva meses para preencher todos os papéis exigidos para a liberação de recursos emergenciais", disse o presidente. "Não adianta nem o presidente da República ter ido à cidade. E se não respeitar o processo, o Tribunal de Contas vem em cima. Mesmo diante da emergência, prevalece a burocracia."

Prefeitos da base governista e da oposição compareceram ao encontro, mas sobraram críticas entre opositores sobre o peso eleitoral das medidas anunciadas pelo governo. "A reunião com prefeitos foi transformada em ato político, quando seria importante ter políticas efetivas de transferência de recursos", disse o presidente do PPS, Roberto Freire.

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 7)(Karla Correia)

## **Abengoa Brasil (Valor Econômico) 11/02/09**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a transferência das ações do Fundo de Investimentos em Participações (FIP) Brasil Energia, que pertence aos fundos de pensão, na Manaus Transmissora de Energia para a construtora espanhola Abengoa. Os espanhóis passam a deter 50,5% do consórcio que vai construir parte das linhas de transmissão que vão ligar Tucuruí-Manaus-Macapá. Os investimentos são da ordem de R\$ 1,2 bilhão e os outros sócios no empreendimento são Eletronorte e Chesf.

## **Votorantim divide área financeira e cria gestão de riscos (Valor Econômico) 11/02/09**

André Vieira, de São Paulo

O grupo Votorantim anunciou ontem uma mudança em sua estrutura financeira, criando duas novas diretorias: uma responsável pela tesouraria, captação e relações com o investidor e outra dedicada à controladoria e serviços compartilhados do grupo.

A intenção das mudanças do grupo controlado pela família Ermírio de Moraes é separar as atividades financeiras de execução das de controle. Foi criado ainda um cargo no âmbito do conselho de administração da Votorantim Participações para gerenciamento de riscos.

A divisão da área financeira e a nova diretoria de gestão de riscos ocorre meses depois de o conglomerado ter admitido perdas de R\$ 2,2 bilhões com operações com derivativos, causadas pela forte desvalorização do real no fim do ano passado. A mudança segue o mesmo rumo adotado pela Aracruz, que também dividiu sua área de tesouraria da controladoria, após as perdas bilionárias com derivativos.

"O grupo Votorantim acaba de promover uma reformulação na estrutura de sua holding para se adequar às melhores práticas de governança", disse a organização, em comunicado enviado ontem a noite à imprensa. O grupo não deu entrevista sobre as mudanças.

A nova diretoria financeira e de relações com o mercado da Votorantim será ocupada por João Miranda, um executivo que já respondeu pela área de corporate do Citibank, onde estava desde 1998. O cargo de diretoria de controladoria e gestão de caixa ficará com Luis Felipe Schiriak, que nos últimos cinco anos respondeu por toda a área financeira do conglomerado.

Segundo apurou o Valor, cabia a Schiriak a decisão de gerenciar as aplicações do caixa único do grupo, centralizado na holding. O caixa da Votorantim somava R\$ 10 bilhões no começo de outubro. Foi sob a gestão do executivo que o grupo acumulou as perdas com derivativos.

Os dois executivos vão se reportar ao diretor-geral da Votorantim Industrial, Raul Calfat. Responsável pela conclusão da compra da participação de 28% da Aracruz e a venda de 14% da CPFL Energia, Calfat teve sua confiança referendada por parte da família Ermírio de Moraes.

A Votorantim convocou ainda o executivo Wang Wei Chang para a nova diretoria de gestão de riscos, que será ligada ao conselho de administração da Votorantim Participações.

Chang, ex-vice-presidente financeiro e de relações com investidores da Perdigão, terá a incumbência de apoiar os integrantes da família Ermírio de Moraes na avaliação e sistematização de procedimentos de riscos em todas as operações grupo, que inclui não apenas as áreas industriais (papel e celulose, metais, suco de laranja e cimento), mas também ao Banco Votorantim e à divisão de novos negócios.

## **Diretor-geral da ANTT é homem de confiança de Dilma (Valor Econômico)**

**11/02/09**

De Brasília

O economista Bernardo Figueiredo, que assumiu o comando da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em julho de 2008, ganhou rapidamente a confiança da ministra Dilma Rousseff e transformou-se em uma das autoridades mais influentes do setor. Ele foi assessor especial da Casa Civil e gerenciou a polêmica revisão do modelo de concessões rodoviárias. No início de 2007, o leilão de sete trechos de rodovias federais foi subitamente adiado, despertando uma onda de especulações. Com uma mudança das regras, os sete trechos acabaram sendo licitados e tiveram deságio médio de 45%. Ruy Baron / Valor

Bernardo Figueiredo, diretor-geral da ANTT, gerenciou a revisão no modelo de concessões rodoviárias e agora comanda as mudanças no setor de ferrovias

Dilma costuma ouvi-lo com atenção. Há algumas semanas, Figueiredo mostrou a ela uma série de slides em que apontava a proporção inexplorada - sem pelo menos um trem por dia - da malha ferroviária. A ministra incorporou todas as observações no balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A experiência de Figueiredo no setor ajuda a contar um pouco da história das ferrovias no país. Ele começou a carreira no Geipot, a estatal de planejamento de transportes, extinta no governo Fernando Collor. Passou pela Siderbrás e pela RFFSA, duas gigantes do setor público, e foi para o outro lado do balcão no fim da década de 1990, como número 2 da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), que reúne os concessionários privados de ferrovias.

Próximo de caciques petistas do Distrito Federal, como o ex-deputado Sigmaringa Seixas, Figueiredo teve seu primeiro cargo no governo Lula como diretor administrativo e financeiro da Valec. Concebeu a retomada dos investimentos na Ferrovia Norte-Sul. Dessa época, guarda algumas dores de cabeça com o Tribunal de Contas da União (TCU), que atrasaram sua aprovação para o comando da ANTT, pelo Senado. O TCU questionou um convênio feito pela Valec com o governo do Maranhão para construir um ramal da Norte-Sul, mas sem prejuízo ao erário - como Figueiredo faz questão de frisar.

O economista terá pela frente, além da mudança de regras nas ferrovias, o desafio de conceder ao setor privado mais cinco trechos de rodovias federais neste ano. Entre eles, a BR-040 (Brasília-Juiz de Fora) e a BR-101 (de Salvador até a divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro). Precisarão enfrentar ainda o forte lobby das empresas de ônibus interestaduais, que operam no regime de permissão, contra os planos do governo de realizar uma licitação para todas as linhas até dezembro de 2009.

Figueiredo deverá ainda lidar com as comparações com seu antecessor, José Alexandre Rezende, que foi nomeado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e liderou a ANTT até o início do ano passado. Ex-presidente da RFFSA e ex-diretor da Eletrobrás, Rezende viu a divisão da diretoria da agência, nos últimos anos, entre partidos da base aliada - PT, PMDB, PR e PP. Algumas nomeações foram políticas. É o caso do deputado José Airton Cirilo (PT), candidato derrotado ao governo do Ceará em 2002, que ganhou uma diretoria da ANTT.

Cirilo foi acusado de envolvimento com a máfia dos sanguessugas. Outra indicação política partiu do ex-senador Valmir Amaral, então no PP-DF, dono de algumas das maiores empresas de ônibus interestaduais do Centro-Oeste. Ele emplacou na agência o diretor Gregório Bezerra, que assumia ser afilhado político de Amaral e era responsável pela área de fiscalização de linhas interestaduais. (DR)

## **Três executivos da ETH deixam a companhia (Valor Econômico) 11/02/09**

De São Paulo

O vice-presidente executivo da ETH Bionergia, controlada pelo grupo Odebrecht, Clayton Hygino Miranda, o diretor institucional, Eduardo Pereira de Carvalho, e o comercial, Roger Haybittle, vão deixar a companhia até o fim de fevereiro, apurou o Valor.

Miranda, que já foi presidente da Coimex Trading, e Carvalho, que presidiu a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), ainda vão continuar como membros do conselho de administração da ETH. Os dois negociaram a venda da participação que tinham na ETH, como parte do acordo que estabelece a saída deles da companhia. Procurados, os executivos não retornaram as ligações.

Os executivos ingressaram na ETH em julho de 2007, quando a Odebrecht anunciou a entrada do grupo na produção de açúcar e álcool. Miranda, Carvalho e Haybittle faziam parte da CZRE, empresa que tinha sido criada naquele mesmo ano e comprado uma participação na usina Alcídia, instalada na região do Pontal do Paranapanema (SP), e que se tornou a primeira usina incorporada pela Odebrecht.

Miranda e Carvalho foram chamados pela Odebrecht para tocar os negócios sucroalcooleiros da companhia e preparar essa nova empresa para a Oferta Pública de Ações (IPO, na sigla em inglês). No entanto, com a crise financeira global, agravada no segundo semestre do ano passado, o projeto de abertura de capital teve de ser abortado - e só deverá ser retomado nos próximos três anos. Pelo contrato assinado entre os executivos e a Odebrecht, eles poderiam optar ou não por ficar na companhia mesmo após o IPO.

O Valor apurou que Miranda, Carvalho e Haybittle deverão criar, a partir de março, após a saída da companhia, uma nova empresa voltada para açúcar e álcool.

Quando decidiu fazer sua estreia no setor em julho de 2007, o grupo Odebrecht anunciou investimentos da ordem de R\$ 5 bilhões para se tornar uma das maiores companhias do setor. Em menos de dois anos, o grupo adquiriu duas usinas em operação e anunciou nove projetos "greenfield" (construção a partir do zero). Três dessas novas usinas devem entrar em operação nesta nova safra, a 2009/10. A expectativa é de que as cinco usinas do grupo processem cerca de 7 milhões de toneladas de cana neste ciclo.

Ao completar um ano de existência, em julho de 2008, o executivo José Carlos Grubisich, ex-presidente da Braskem, braço petroquímico da Odebrecht, foi destacado para presidir a ETH, cargo que até então era ocupado por Clayton Miranda. Este, por sua vez, passou para a vice-presidência executiva da companhia. A chegada de Grubisich para o comando da nova empresa gerou especulações no mercado de que a saída dos executivos Miranda e Carvalho era apenas uma questão de tempo. (MS)

## **Fundos preferem adotar seus próprios critérios (Valor Econômico) 11/02/09**

Do Rio

A tomada de decisão de muitos investidores institucionais, como fundos de pensão e de investimentos, alguns escaldados por problemas do passado, inclui cada vez mais as análises próprias de risco e os sistemas que vêm sendo criados por consultorias para esse monitoramento. Para alguns especialistas, esse movimento tende a crescer, por conta das mensagens que já vem sendo enviadas pelos reguladores e pela própria enxurrada de críticas que as classificações de rating sofreram durante a crise.

Um relatório recente do Crédit Agricole Brasil observou que o mercado já vem há algum tempo trabalhando com outros indicadores da solvência de uma empresa ou país. Um deles é o Swap de Crédito de Inadimplência (CDS, em inglês). "Em tempos de crise, este indicador nos dá uma ideia melhor sobre a capacidade de pagamento de empresas e países ou pelo menos o que o mercado acha delas", observa o relatório, acrescentando que desta forma torna-se mais fácil antecipar um problema, algo que é mais difícil por meio das notas de risco. Os defensores das agências, ponderam que os prismas são diferentes, uma vez que ratings se baseiam nos indicadores financeiros e operacionais dos devedores enquanto valores de CDS refletem expectativas do mercado.

Na Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil e maior do país, com cerca de R\$ 120 bilhões de patrimônio, o presidente da instituição, Sérgio Rosa, diz que nunca é observado apenas o rating numa tomada de decisão de investimento. Nos papéis de instituições financeiras (como os CCBs), o fundo emprega um sistema próprio de análise, supervisionado pelo Inepad.

"Além disso, usamos um método desenvolvido pelo professor Alberto Matias que pega os indicadores das instituições financeiras e testa com os cenários da crise para detectar eventuais problemas", diz Rosa. Nas compras de papéis de crédito corporativo privado (como debêntures e outros), também é feita uma análise própria caso a caso.

Também a Fundação Real Grandeza, fundo de pensão do sistema Furnas, mudou as políticas com relação ao crédito privado nos últimos anos. O fundo foi um dos que teve mais perdas com investimentos feitos no Banco Santos, em 2004. Ao assumir o fundo, em 2005, o atual presidente Sérgio Wilson procurou estabelecer regras mais rígidas. "Fazemos análise interna de todos os ativos em que investimos, e não avaliamos apenas risco de crédito, mas uma série de outros,

até risco de imagem", diz ele. Com relação ao critério de rating feito por terceiros, a FRG também não investe nos que tenham nota menor que A de agências internacionais. (CV)

## **Ibama multa Jirau em R\$ 475 mil (Valor Econômico) 11/02/09**

Josette Goulart, de São Paulo

As obras na usina hidrelétrica de Jirau só estão na fase inicial, a licença de instalação ainda nem foi concedida e o Ibama já aplicou a primeira multa ao Consórcio Energia Sustentável (Enersus), por supostamente ter suprimido parte da vegetação na região sem ter autorização do órgão ambiental. A multa foi estipulada em R\$ 475 mil.

As usinas do Madeira parecem estar sob constante análise do Ibama. No final do ano passado, o órgão multou o consórcio que constrói a outra hidrelétrica que está sendo construída no rio, a de Santo Antônio, em R\$ 7,7 milhões pela mortandade de toneladas de peixes na região. A empresa já recorreu administrativamente da multa e o processo está em análise no Ibama. Na época, a explicação dada pelo consórcio Madeira Energia foi de que os peixes morreram em função de uma inversão térmica brusca que alterou as condições da água nos lagos formados pelas ensecadeiras que estão sendo construídas no rio para a instalação da usina e o oxigênio da água ficou prejudicado.

Agora, é o consórcio Enersus que terá que se explicar ao Ibama. A assessoria de imprensa da empresa, entretanto, informa apenas que já foi notificada e ainda está analisando o caso. De acordo com informações do Ibama, a empresa foi autuada pela supressão de 18,65 hectares de floresta nativa em área de preservação permanente, sem ter a devida autorização.

A empresa teria autorização para suprimir 40,83 hectares situados na margem direita do rio Madeira. Essa área é destinada à construção do canteiro de obras, com abertura de estradas de acesso, área de pedreira, entre outras. Mas a multa foi aplicada porque a empresa teria devastado parte da vegetação onde será instalado o canteiro industrial, mas que ainda não teve a liberação da autorização da supressão da vegetação.

A questão ambiental na usina hidrelétrica de Jirau é um tema bastante polêmico já que a empresa vencedora da licitação alterou o local do projeto inicialmente apresentado nos estudos de viabilidade. Depois de muito se discutir, o Ibama acabou autorizando a empresa a iniciar as obras, em função do período de cheias do rio que poderiam atrasar a entrada em operação da usina em pelo menos um ano. Mas ainda será necessário que o órgão ambiental faça a análise definitiva do licenciamento.

## **Petrobras aponta queda no consumo industrial (Valor Econômico) 11/02/09**

Rafael Rosas\*, do Rio

A chegada da crise internacional ao país contribuiu para uma redução acima do esperado no consumo de gás natural no mercado brasileiro. Em janeiro, o mercado não-térmico de gás natural consumiu em média 28,9 milhões de m<sup>3</sup> diários, volume 23,54% abaixo do recorde de 37,8 milhões de metros cúbicos por dia usados em outubro.

De acordo com a diretora de Gás e Energia da Petrobras, Maria das Graças Foster, a maior parte do mercado não-térmico de gás natural é vinculado às indústrias e é normal a redução do consumo nos meses de janeiro e fevereiro. Maria das Graças ponderou que, apesar da sazonalidade, o movimento este ano foi mais intenso que o usual.

"Caiu um pouco mais do que prevíamos. Há um menor consumo (de produtos industriais) e todos (os empresários) ficaram com medo de acabar com grandes estoques", afirmou Maria das Graças.

Atualmente a sobra de gás no país oscila entre 14 milhões e 18 milhões de m<sup>3</sup> diários. Em fevereiro, segundo Maria das Graças, a Petrobras observa uma recuperação do mercado não-térmico de gás. Este mês, até segunda-feira, a média de consumo estava em 29,1 milhões de metros cúbicos diários.

Com a redução do consumo, a Petrobras reduziu também o volume recebido da Bolívia. Na segunda-feira, a estatal recebeu do país vizinho 19,9 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural, volume próximo da média diária mínima mensal estipulada no contrato, que é de 19 milhões de m<sup>3</sup>.

A estatal planeja também a construção, até 2013, de uma unidade de liquefação e armazenamento de gás natural em terra (onshore). A diretora afirmou que parte dos recursos necessários para a construção da planta já estão disponíveis dentro dos planos de investimentos previstos para novos projetos da área até 2013. Nos próximos cinco anos a Petrobras planeja investir US\$ 10,6 bilhões na área de gás e energia, dos quais US\$ 5,2 bilhões em novos projetos. Deste total, US\$ 3,7 bilhões serão para novos projetos de gás natural.

Maria das Graças reconheceu que talvez a construção da unidade vá além de 2013, mas ressaltou que, caso a obra termine dentro do prazo, novos recursos poderão ser direcionados para a unidade nas próximas revisões do plano estratégico. "O plano estratégico é atualizado ano a ano", lembrou.

A executiva não revelou a localização provável do empreendimento, mas ponderou que a região terá que ser capaz de funcionar como um "hub" (centro), recebendo o gás produzido nos campos da empresa. Um dos projetos da companhia é construir a unidade já acoplada a um terminal de regaseificação, possibilitando tanto a estocagem do gás natural liquefeito (GNL), quanto o embarque desse GNL ou a regaseificação para colocação na malha de gasodutos da companhia.

Maria das Graças explicou que, caso a construção da unidade de liquefação extrapole o horizonte de 2013, a Petrobras poderá optar por construir separadamente o terceiro terminal de regaseificação, de forma a evitar atrasos na entrega de gás natural para geração de energia.

O termo de compromisso fechado entre Petrobras e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estipula uma disponibilidade de gás natural capaz de gerar até 6.659 megawatts médios de energia em 2011. A partir daí, a estatal terá que fornecer o insumo para garantir capacidades crescentes de geração de energia até atingir 8.787 MW médios em 2013. Hoje o compromisso com a Aneel prevê capacidade de geração de até 3.701 MW médios, caso necessário. (\*Do Valor Online)

## **CNAA faz captação de US\$ 418 mi e exclui Santelisa da gestão (Valor Econômico) 11/02/09**

Mônica Scaramuzzo, de São Paulo

A CNAA (Companhia Nacional de Açúcar e do Alcool) anunciou uma captação de US\$ 418 milhões, dos quais US\$ 275 milhões correspondem a um aporte direto de um de seus principais sócios, o fundo americano Riverstone Holdings LLC, um dos maiores em energia do mundo. Outros US\$ 143 milhões fazem parte de um financiamento assinado, na semana passada, entre a companhia e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Capitalizada, a companhia agora prepara-se para uma gestão independente, afirmou ao Valor Allan Kahane, presidente do conselho de administração da CNAA. Antes, sua administração era compartilhada com a Santelisa Vale, de Sertãozinho (SP), sócia da empresa, com cerca de 25% de participação na companhia sucroalcooleira.

Com esta decisão, a empresa passa a ser controlada pelo Açúcar e Alcool Fundo de Investimento e Participações (FIP), que tem como investidores importantes fundos, como a Riverstone - uma empresa de "private equity" que administra recursos superiores a US\$ 15 bilhões -, Global Foods, Carlyle, Goldman Sachs e Discovery Capital.

Criada em janeiro de 2007, a CNAA associou-se no mesmo ano com a Santelisa Vale, que estava em pleno processo de fusão - as usinas paulistas Santa Elisa, Vale do Rosário, Jardest, MB e Continental se uniram para formar uma única empresa. Essa mudança também se reflete na área operacional. As diretorias das duas empresas, que atuavam juntas, também foram separadas.

Segundo Kahane, os recursos captados pela companhia deverão ser aplicados nos projetos de três usinas do grupo. Duas delas, a Central Itumbiara de Energia, de Goiás, e Ituiutaba Bionergia, no Triângulo Mineiro, já estão em operação desde a safra 2008/09. A usina Campina Verde, também em Minas Gerais, deverá iniciar suas atividades no segundo semestre deste ano, durante o ciclo 2009/10. As três usinas do grupo deverão processar juntas em sua fase final 16,2 milhões de toneladas. Hoje cada usina tem capacidade de moagem da ordem de 2,7 milhões de toneladas por safra.

Ao Valor, Kahane afirmou que a decisão de desvincular a gestão da companhia da Santelisa nada tem a ver com a situação financeira delicada pela qual o grupo sucroalcooleiro passa. "Quando fizemos sociedade com a Santelisa já estava previsto dois caminhos. Um deles era a fusão entre os dois grupos e o outro a independência da gestão", afirmou o executivo.

A CNAA optou pelo caminho da independência. E os planos do grupo são de consolidar suas estratégias para se tornar uma empresa robusta neste segmento. "Neste momento, somos uma das empresas mais capitalizadas do setor. Estes aportes são uma demonstração de confiança das instituições financeiras internacionais do porte do BID e Riverstone nos planos da CNAA", afirmou Kahane.

Carioca, Kahane mora há 28 anos nos Estados Unidos e estava à frente da Global Foods, antes da formação da CNAA. Agora, acumula as duas funções.

Segundo ele, a companhia tem planos para expandir seus negócios no Brasil e estuda aquisições de novas usinas. No entanto, não há nada fechado nesse sentido ainda. Nos planos da empresa também estão investimentos futuros no Caribe em uma usina desidratadora de álcool. "Para viabilizar esse projeto, temos que investir na produção de álcool aqui no Brasil", afirmou.

Um dos principais executivos operacionais da CNAA é o executivo Anselmo Lopes Rodrigues, ex-presidente da Santelisa. Rodrigues deixou a empresa em dezembro para tocar os projetos das novas usinas da companhia.

A saída de Rodrigues coincide com um período turbulento da Santelisa, que acumula dívidas de cerca de R\$ 3 bilhões, resultado do processo de fusão da companhia. Agora o grupo está em busca de novos parceiros estratégicos para dar continuidade aos seus projetos de expansão no setor sucroalcooleiro.

Nesta semana, a GP Investments deverá avaliar os ativos da companhia. Outros grupos também já fizeram o mesmo, como Cosan, ETH, da Odebrecht, ADM, São Martinho, Bunge, fundo BTG, do empresário André Esteves, conforme informou o Valor. Os bancos Bradesco e Itaú, os principais credores da companhia, estão coordenando a busca pelo novo sócio da companhia.

A expectativa é de que, no máximo, na próxima semana alguns desses grupos façam uma proposta pela companhia. A esses grupos somente interessa o controle majoritário da companhia. Com moagem de cerca de 18 milhões de toneladas, a Santelisa é uma das maiores companhias sucroalcooleiras do país.

## **BNDES vai financiar bens usados (Valor Econômico) 11/02/09**

Arnaldo Galvão, de Brasília

O BNDES vai ocupar parte do espaço deixado pelas instituições financeiras privadas na oferta de crédito, mas o custo das novas operações vai aumentar, porque os recursos do Tesouro, captados para este fim, são mais caros que sua tradicional fonte, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Com o FAT, as empresas podem ter acesso a empréstimos com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), hoje em 6,25% ao ano, mais "spread". Com o novo "funding" o custo subiu 0,17 ponto percentual, de 8,34% para 8,51% ao ano, na média geral das operações da instituição.

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, informou que a instituição está preparada para desembolsar até R\$ 120 bilhões em 2009, e não os R\$ 166 bilhões mencionados pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. A cifra superior seria um limite teórico que incluiria parte de 2010, mas não o objetivo, disse. No ano passado, os desembolsos foram de R\$ 92 bilhões.

Coutinho disse que mesmo com a elevação dos custos, 60% das operações do banco ainda são remuneradas pela TJLP. Nesse grupo estão as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), projetos de inovação tecnológica, o cartão BNDES, programas ambientais e de eficiência energética, o Fundo da Marinha Mercante, bens de capital sem roda, apoio para empresas enfrentarem concorrência internacional e saneamento. Estão também os projetos de geração e transmissão de energia, logística (exceto concessões rodoviárias existentes), de transporte urbano e setor público (segurança, saúde e educação).

Em janeiro, Mantega anunciou que o Tesouro estava capitalizando o BNDES em R\$ 100 bilhões. Os juros dessa operação (Taxa de Juros do Tesouro Nacional, TJTN) são de 8,75% ao ano. "Estamos buscando fazer o que o mercado deixou de fazer e ainda estamos oferecendo taxas muito mais baratas. Seria uma grande injustiça dizer apenas que o BNDES aumentou seus juros", comentou Coutinho.

Entre as novidades apresentadas pelo presidente do BNDES está a ampliação da linha de financiamento de capital de giro chamada Programa Especial de Crédito (PEC), criada no ano passado. Ela estará disponível até 31 de dezembro e teve seu prazo de pagamento estendido de 13 meses para 36 meses. Coutinho informou que, no PEC, já foram usados R\$ 1 bilhão e estão disponíveis outros R\$ 5 bilhões, mas esse volume pode ser expandido se o crédito continuar escasso. "Estamos ajudando a economia a atravessar o fundo do poço. O ajuste foi muito forte em dezembro, mas há claros sinais que parou de piorar", comentou.

Além da redução de custo no financiamento de capital de giro apresentada no PEC, ele ressaltou que as novas linhas que usam o "funding" do Tesouro têm de cobrar mais pelo crédito, mas, ao mesmo tempo, significam um apoio que não está sendo encontrado no mercado privado. O governo, via BNDES, procurou atender a reivindicações de setores da indústria de bens de capital, da infraestrutura e das montadoras.

A linha de capital de giro vinculada ao financiamento do investimento (até 30% do valor) teve seu custo elevado de 8,45% ao ano para 11,25%. Esse aumento também ocorreu na elevação de 60% para 80% do financiamento de bens de capital para distribuição de energia, telecomunicações, petróleo e aumento da capacidade produtiva. A linha Finame também poderá financiar 100% do produto e a modalidade leasing vai incluir máquinas e equipamentos usados (13,75% ao ano). Na exportação, o BNDES baixou os juros no pré-embarque, de 13% para 11,25% ao ano nos bens de capital e de 15% para 13,75% nos bens de consumo. (veja mais mudanças na tabela)

Coutinho disse que "provavelmente" será acolhido o pedido da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib) para flexibilizar as garantias nas operações de "project finance", mas admitiu que o tema ainda não está maduro. O presidente da entidade, Paulo Godoy, argumentou que as negociações consideram que, no atual cenário de forte restrição de crédito, seria interessante reduzir a exigência de garantias na fase mais avançada do projeto, quando a perspectiva da renda do negócio é mais concreta.

## **Aneel e ONS (Valor Econômico - Cartas) 11/02/09**

"Com relação à Nota da Redação publicada em 10/02 como comentário à carta por mim enviada no dia anterior, reitero que, além de reproduzir trechos dos documentos oficiais mencionados, o jornalista interpretou indevidamente sentimentos e intenções das partes envolvidas. Dessa forma, a Nota da Redação conduz a uma leitura equivocada dos fatos ocorridos. Assim sendo, considero que a questão não está devidamente esclarecida e solicito suas providências para tal."

Hermes Chipp - Diretor Geral do ONS

Nota da Redação: O jornalista não interpreta sentimentos e intenções, mas sim apura os fatos.

## **Terceirização indevida (Valor Econômico) 11/02/09**

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou a Unilever Brasil, subsidiariamente, ao pagamento de verbas trabalhistas e multas devidas a um empregado contratado por uma microempresa terceirizada. A turma rejeitou um recurso da empresa contra uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas que considerou a empresa paulista beneficiária dos serviços prestados pelo empregado. O entendimento adotado pelo TRT foi o de que a culpa da Unilever cabe não somente por ter se beneficiado do trabalho do empregado como também por ter contratado serviços de uma empresa inidônea e não ter fiscalizado o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias. Ao recorrer ao TST, a Unilever sustentou que a decisão violou preceitos legais e constitucionais, porque a terceirização não teria ficado caracterizada, e insistiu que a prestação de serviços se dava em caráter eventual.

## **Ibama multa consórcio responsável por obras de Jirau (Estadão Online 17:26h) 11/02/09**

NICOLA PAMPLONA - Agencia Estado

RIO - O Ibama autuou o consórcio Energia Sustentável do Brasil em R\$ 475 mil pelo corte de floresta nativa em área de preservação ambiental permanente no entorno da usina de Jirau, no Rio Madeira. Segundo o órgão ambiental, a empresa tem autorização para suprimir 40,83 hectares de vegetação na margem direita do Madeira, para abertura de estradas de acesso, pedreira e estoque do canteiro de obra, mas chegou a cortar vegetação na área onde ficará o canteiro permanente, que ainda não foi autorizada. Em nota oficial, o Ibama informou que a área desmatada sem licença chega a 18,65 hectares.

Além da multa, a área foi embargada. Segundo a legislação, a empresa terá 20 dias para apresentar uma defesa. Procurado pela Agência Estado, o consórcio informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que ainda está analisando a autuação do Ibama. A usina de Jirau recebeu licença apenas para a instalação de um canteiro prévio, necessário para iniciar as obras antes da cheia no rio.

## **Workshop Cogen-SP/Coomex aborda crise financeira e seus impactos sobre setor (CanalEnergia) 10/02/09**

Evento destaca cenários na formação de preço no mercado livre e impactos sobre oferta e demanda

Da Agência CanalEnergia, Eventos

A Associação Paulista de Cogeração de Energia, o Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Coomex organizam o Workshop Cogen-SP/Coomex com o objetivo de debater a crise financeira e os impactos sobre o setor elétrico, na oferta e na demanda, e sobre a formação de preço no mercado livre. O evento será realizado no próximo dia 12, de 8:30 horas às 13 horas, no Hotel Renaissance, em São Paulo (SP).

Os professores Nivalde de Castro, coordenador do Gesel, e Roberto Brandão, pesquisador sênior do Gesel, estarão presentes no evento com sua equipe. O vice-presidente executivo da Cogen-SP, Carlos Roberto Silvestrin; o gerente de Previsão e Acompanhamento da Carga do ONS, Fausto Pinheiro Menezes; o diretor da Coomex, José Manoel Amorim; o diretor de Operações e Trading da Coomex, Cláudio Monteiro; e Caio Prates, do Grupo de Conjuntura da UFRJ, também palestrarão durante o workshop.

Serviço:

Evento: Workshop Cogen-SP/Coomex: Crise Financeira e Impactos sobre o Setor Elétrico e Formação de Preço no Mercado Livre  
Data: 12 de fevereiro de 2009  
Local: São Paulo - SP  
Contato: (11) 3815-0031

## **Cesp PNB termina em alta de 5,43% (CanalEnergia) 10/02/09**

Celesc PNB fecha em queda de 2,35%. IEE encerra aos 15.626 pontos, com alta de 0,33%

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Cesp PNB terminou em alta de 5,43% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo. Nesta terça-feira, 10 de fevereiro, o setor elétrico registrou outros resultados positivos com a Tractebel ON (3,14%) e a Equatorial ON (0,87%). A Celesc PNB fechou em queda de 2,35%, acompanhada pela CPFL Energia ON (-2,12%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 15.626 pontos e encerrou com alta de 0,33%. O Ibovespa chegou aos 41.207 pontos e terminou com queda de 2,12%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,15%  
AES Tietê PN: -1,46%  
Celesc PNB: -2,35%  
Cemig PN: -0,28%  
Cesp PNB: 5,43%  
Coelce PNA: 0,09%  
Copel PNB: 0,41%  
CPFL Energia ON: -2,12%  
Eletrobrás PNB: 0,44%  
Energias do Brasil ON: 0,22%  
Equatorial ON: 0,87%  
Light ON: -0,84%  
MPX Energia ON: 0,76%  
Tractebel ON: 3,14%  
Terna Part UNT: -1,41%  
Transmissão Paulista PN: -1,22%

## **Aneel abre consulta pública para proposta de revisão tarifária periódica definitiva (CanalEnergia) 10/02/09**

Dados se referem a segundo ciclo de revisão tarifária de 10 distribuidoras de energia elétrica

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica abriu processo de consulta pública para apresentação de proposta de Revisão Tarifária Periódica definitiva relativa ao segundo ciclo de revisão das tarifas de 10 distribuidoras de energia elétrica. Os índices, divulgados em 2007 e 2008, foram publicados com resultados provisórios até a aprovação da versão final da metodologia por meio da Resolução Normativa nº 338/2008, em 25 de novembro do ano passado.

Com a consulta pública, agentes, associações e consumidores podem conhecer os índices apresentados e contribuir com sugestões para aperfeiçoamento. Com a aplicação da nova metodologia haverá alteração do impacto tarifário nas contas de luz dos consumidores das distribuidoras. A diferença entre o resultado provisório e o definitivo será considerada no próximo reajuste de cada concessionária.

Os índices provisórios variam de - 18,04%, Cemig (MG), a -2,15%, RGE (RS). O IRT definitivo varia de -19,83%, Cemig (MG), a -3,45%, RGE (RS). Além da RGE (RS) e da Cemig (MG), também tem proposta de revisão tarifária a Enersul (MS), a CPFL Paulista (SP), a Coelce (CE), a Coelba (BA), a Cosern (RN), a Energisa Sergipe (SE), a Cemat (MT), e a AES Sul (RS).

## **Tucuruí opera com todas as 25 máquinas (CanalEnergia) 10/02/09**

Média máxima de energia gerada pela usina nesta terça-feira, 10 de fevereiro, foi de 6.300 MW, distribuídos pelo país

Da Agência CanalEnergia , OeM

A Usina Hidrelétrica Tucuruí (PA) opera, desde o último dia 22 de janeiro, com todas as 25 unidades geradoras, sendo 23 principais e duas auxiliares. Segundo a Eletronorte, a média máxima de energia gerada pela usina nesta terça-feira, 10 de fevereiro, foi de 6.300 MW, distribuídos pelo país. Ainda de acordo com a empresa, o maior pico de geração foi registrado em 24 de janeiro, chegando a 6.474 MW. Já no dia 27 do mesmo mês, Tucuruí alcançou a média recorde do período, que foi de 6.341 MW. Embora os fatores hidrológicos sejam favoráveis, destaca o gerente de operação da Usina, Fernando Leite, a geração a plena carga é um fato raro, devido à programação de manutenção das máquinas. Para ele, é preciso aliar o funcionamento sincronizado das máquinas às boas condições hidrológicas do reservatório.

## **Tucuruí opera com 31,70% da capacidade armazenada (CanalEnergia) 10/02/09**

Reservatórios do Norte atingem 41,4% do volume, segundo dados do ONS

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A hidrelétrica de Tucuruí opera com 31,70% da capacidade armazenada, segundo dados do boletim do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última segunda-feira, 9 de fevereiro. Os reservatórios do Norte atingem 41,4% do volume, mantendo-se estáveis. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Nordeste - Os reservatórios registram 67% do volume, com alta de 0,4%. O índice está 50,9% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 58,66% da capacidade.

Submercado Norte - O nível dos reservatórios chega a 41,4% do volume acumulado, mantendo-se estável. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 31,70% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 69,6% do volume, com alta de 0,3%. O índice está 28,1% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Miranda e Ilha Solteira operam com 73,19% e 64,09%, respectivamente.

Submercado Sul - Os reservatórios registram 56,4% do volume acumulado, com baixa de 0,8%. O índice está 35,7% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Passo Real trabalha com 84,13% da capacidade de armazenamento.

## **BNDES reduz custo da linha de empréstimos-ponte para 13,75% ao ano (CanalEnergia) 10/02/09**

Banco aumentou de 80% para 100% crédito para compra de bens de capital na linha Finame. Medidas vigoram até o final de 2009

Da Agência CanalEnergia, Negócios

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social anunciou nesta terça-feira, 10 de fevereiro, mudanças nas condições de algumas linhas de crédito. Entre elas, a linha de empréstimos-ponte para infra-estrutura teve custo reduzido de 14,25% para 13,75% ao ano. Outra alteração foi o aumento do crédito para compra de bens de capital na linha Finame. As medidas vigoram até o final de 2009 e, segundo o BNDES, tem como objetivo melhorar as condições de acesso ao crédito às empresas.

O BNDES financiará em até 100% a compra de bens de capital na linha Finame - até então o limite era de 80%. Nesse financiamento, serão cobradas TJLP (atualmente em 6,25% ao ano) mais 0,9%. A parcela adicional de 20% será financiada ao custo de 11,25%. O banco poderá financiar em até 100% o leasing de bens de capital novos e usados, com taxas de 14,25% e 11,75%, respectivamente. Anteriormente, a participação máxima era de 60%. Em todos os casos incide o spread cobrado pelo agente financeiro.

As operações relacionadas a projetos do Programa de Aceleração do Crescimento continuam com custo financeiro de 100% em TJLP, mesmo custo para apoio à inovação, meio ambiente, aquisição de máquinas, modernização de

administrações tributárias, programas multissetoriais e projetos públicos de segurança, saúde e educação. A mudança representará aumento de 0,17% no custo financeiro médio dos créditos do BNDES.

De acordo com o BNDES, as melhorias e ampliações no crédito foram viabilizadas pelo aumento dos recursos à disposição do banco, que foi motivado pelo aporte de R\$ 100 bilhões do Tesouro Nacional. O banco também ampliou o alcance do Programa Especial de Crédito - destinado a capital de giro - e passará a financiar a compra de caminhões e ônibus usados. O BNDES ainda ampliou os prazos e extinguiu o limite para operações de pré-embarque.

## **Petrobras: térmicas, PCHs e eólicas receberão investimentos de US\$ 2,4 bilhões nos próximos cinco anos (CanalEnergia) 10/02/09**

Nesse período, a Petrobras planeja consolidar sua participação como agente de mercado, participando de futuros leilões de energia elétrica, segundo Graça Foster

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Negócios

A Petrobras está pretendendo investir nos próximos cinco anos cerca de US\$ 2,4 bilhões na conclusão de usinas termelétricas e PCHs e na participação em novos negócios de energia elétrica, incluído centrais eólicas. A informação foi divulgada nesta terça-feira, 10 de fevereiro, pela diretora de Gás e Energia da companhia, Maria das Graças Foster, durante apresentação do Plano de Negócios 2009-2013 para a área de gás e energia, que prevê investimentos totais de US\$ 10,6 bilhões.

Segundo a executiva, nesse período, a Petrobras planeja consolidar sua participação como agente de mercado, participando de futuros leilões de energia elétrica. A estratégia da companhia também contempla investimentos em fontes renováveis. De acordo com a executiva, a atuação da estatal na área pode se dar através da participação da companhia como fornecedora de gás natural para usinas de terceiros, como geradora de energia elétrica em unidades próprias ou uma combinação dessas duas opções, considerando, inclusive, a busca de parcerias estratégicas com outros agentes. Os investimentos em projetos novos no segmento de energia elétrica somam US\$ 1,4 bilhão nos próximos cinco anos.

Em 2013, segundo a diretora, os compromissos assumidos pela Petrobras, como geradora de energia elétrica e fornecedora de gás natural, alcançarão 8.787 MW. Desse total, 6.659 MW referem-se ao montante de energia existente e 2.128 MW, aos leilões de energia A-3 e A-5, realizados em 2007 e 2008.

No período, também serão concluídas as obras de cinco PCHs, que somam 125,4 MW, e cinco usinas termelétricas - que utilizam como combustível o gás natural, o óleo diesel ou o óleo combustível. Além disso, será concluída a instalação de ciclo combinado das unidades Luis Carlos Prestes (MS), com 262 MW, e Sepé Tiarajú (RS), com 161 MW. Nesses empreendimentos, serão investidos US\$ 926 milhões

## **CCEE liquida R\$ 410,177 milhões no MCP relativos a dezembro (CanalEnergia) 10/02/09**

Montante total da liquidação ficou em R\$ 433.726.105,46, da qual participaram 939 agentes de mercado - 523 devedores e 416 credores

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica informou nesta terça-feira, 10 de fevereiro, que contabilizou, no âmbito do Mercado de Curto Prazo, a liquidação financeira de R\$ 410.177.338,19 relativa ao mês de dezembro. Segundo a CCEE, o montante total levado à liquidação ficou em R\$ 433.726.105,46, da qual participaram 939 agentes de mercado - 523 devedores e 416 credores. A diferença de R\$ 23.548.767,27, destaca a câmara, é relativa à inadimplência verificada na liquidação de dezembro. O montante, mais juros e encargos, será levado a crédito na contabilização das operações referentes a janeiro.

## **Petrobras prevê investimentos de US\$ 10,6 bilhões na área de gás e energia até 2013 (CanalEnergia) 10/02/09**

Montante é 70% superior ao previsto no PN 2008-2012, que foi de US\$ 6,2 bilhões, segundo Graça Foster

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Negócios

A Petrobras está planejando investir cerca de US\$ 10,6 bilhões na área de gás e energia, segundo o Plano de Negócios 2009-2013. O montante é 70% superior ao previsto no PN 2008-2012, que foi de US\$ 6,2 bilhões. De acordo com a diretora de Gás e Energia da companhia, Maria das Graças Foster, do total previsto para o período, cerca de US\$ 5,2 bilhões serão para novos projetos e US\$ 5,4 bilhões para projetos em andamento.

Graça Foster afirmou que o objetivo é fortalecer a companhia no mercado de gás natural e ampliar o negócio de energia elétrica no país. Para isso, US\$ 8,2 bilhões serão destinados à conclusão de obras de expansão das malhas Sudeste e Nordeste e à construção de novos terminais de gás natural liquefeito. A meta, segundo a executiva, é que até 2010 a malha de gasodutos atinja 9.228 km de extensão, ante os 6.933 km existentes em 2008.

Entre os novos projetos, de acordo com a diretora, o destaque é a construção de novos terminais de GNL, sendo que o terceiro terminal - já foram construídos o terminal de Pecém (CE), que está em operação comercial, e o da Baía de Guanabara (RJ), que está em fase de testes - deverá ter capacidade de 14 milhões de metros cúbicos por dia e estar operando até 2013. O quarto terminal, segundo a executiva, deverá começar a operar logo depois. Além disso, estão previstas a construção de mais 307 km de gasodutos e a instalação de estações de compressão, que demandarão investimentos da ordem de US\$ 3,7 bilhões nos próximos cinco anos.

Na carteira de projetos em andamento, o PN 2009-2013 contempla a conclusão de 10 obras de gasodutos, que somam 2.543 km de extensão, a instalação de novas estações de compressão e pontos de entrega, e a ampliação da capacidade do gasoduto Brasil-Bolívia entre São Paulo e Paraná, por meio de novas estações de compressão. Os investimentos previstos nesses projetos são de US\$ 4,52 bilhões. Entre os principais projetos em andamento, segundo a estatal, está o terceiro e último trecho do Gasene, trecho Cacimbas (ES) - Catu (BA), com 946 km de extensão.

Demanda - Para 2013, a Petrobras tem como meta atender uma demanda de 135 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural, sendo 49 milhões de m<sup>3</sup>/dia para o mercado termelétrico; 41 milhões de m<sup>3</sup>/dia para o setor industrial; e 45 milhões de m<sup>3</sup>/dia para outros usos, como residencial e veicular.

Para atender a demanda projetada em 2013, a Petrobras deverá ofertar 73 milhões de m<sup>3</sup>/dia da produção nacional, manter a importação de 30 milhões de m<sup>3</sup>/dia da Bolívia e complementar a oferta com 32 milhões m<sup>3</sup>/dia via GNL. De acordo com Graça Foster, o consumo de gás natural em 2008 foi de 58 milhões de m<sup>3</sup>/dia. De 2009 a 2013, a produção nacional de gás natural passará de 32 milhões de m<sup>3</sup>/dia para 73 milhões de m<sup>3</sup>/dia.

## **Candiota: CGTEE inicia fase de montagem eletromecânica (*CanalEnergia*) 10/02/09**

Etapa teve o começo da montagem das primeiras estruturas metálicas que integram a caldeira

Da Agência CanalEnergia, Expansão

A CGTEE iniciou a construção da fase C da térmica Candiota III (350 MW), localizada no município de Candiota, no Rio Grande do Sul. A etapa consiste na montagem eletromecânica da planta geradora, com as primeiras estruturas metálicas que integram a caldeira, que terá 76 metros de altura. Segundo a CGTEE, os dois primeiros pilares do primeiro dos cinco níveis da estrutura da caldeira foram içados e posicionados. Para a operação, foram necessários dois guindastes com capacidades de 30 e de 100 toneladas. A caldeira produzirá 1.050 toneladas de vapor por hora, numa temperatura de 541°C e trabalhará com pressão de 184 quilos por centímetro quadrado.

## **DME Energética realiza leilão para venda de 4.394 MWh (*CanalEnergia*) 10/02/09**

Certame acontece na próxima sexta-feira, 13 de fevereiro, e ofertará produto com entregas entre fevereiro e dezembro

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A DME Energética realiza na próxima sexta-feira, 13 de fevereiro, leilão para venda de energia. Com ponto de entrega com centro de gravidade no submercado Sul, o certame ofertará um produto de energia convencional referente ao período de suprimento entre 1º de fevereiro a 31 de dezembro. De acordo com o edital, o lote leiloado totaliza 4.394,711 MWh. Os interessados devem entregar o termo de adesão até o dia 11 de fevereiro. O resultado será divulgado até as 12 horas do dia 16 de fevereiro.

## **P&D: aprovados ciclos 2006/2007 de três empresas (*CanalEnergia*) 10/02/09**

Copel GT, Queiroz Galvão Energética e Companhia Energética Chapecó devem concluir programas até março de 2010

Da Agência CanalEnergia, PeD

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou os ciclos 2006/2007 dos programas de pesquisa e desenvolvimento de três empresas. A Copel GT aplicará R\$ 5,19 milhões no ciclo, o que representa 0,39% da receita operacional líquida da empresa, de R\$ 1,32 bilhão. A Queiroz Galvão Energética prevê investir R\$ 234,63 mil no programa, valor que representa 0,4% da ROL da empresa, que é de R\$ 58,65 milhões. Outra empresa que teve o ciclo aprovado foi a Companhia Energética Chapecó, que aplicará R\$ 94,08 mil. As empresas devem iniciar os ciclos em abril e concluí-los até março de 2010.

Eate - A Aneel também aprovou a continuidade de projetos de P&D da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (Eate). Segundo despacho 500 publicado no Diário Oficial da União da última segunda-feira, 9 de fevereiro, a empresa deve aplicar R\$ 319,6 mil. O prazo de conclusão vai até o dia 31 de outubro.

## **Terna Participações UNT registra queda de 2,7% (*CanalEnergia*) 10/02/09**

Cesp PNB opera em alta de 2,44%. IEE alcança os 15.699 pontos, com alta de 0,8%

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Terna Participações UNT opera em queda de 2,7% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta terça-feira, 10 de fevereiro. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a Transmissão Paulista PN (-0,71%) e a Energias do Brasil ON (-0,17%). A Cesp PNB opera em alta de 2,44%, seguida pela Light ON (1,96%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 15.699 pontos, com alta de 0,8%, assim como o Ibovespa, que alcançou os 42.417 pontos, com alta de 0,88%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Tietê PN: 1,4%  
Celesc PNB: 1,72%  
Cemig PN: - 0,34%  
Cesp PNB: 2,44%  
Coelce PNA: 0,09%  
Copel PNB: 0,41%  
CPFL Energia ON: 0,62%  
Eletrobrás PNB: 1,09%  
AES Eletropaulo PNB: 0,42%  
Energias do Brasil ON: - 0,17%  
Equatorial ON: 0,87%  
Light ON: 1,96%  
MPX Energia ON: 0,61%  
Terna Part UNT: - 2,7%  
Tractebel ON: estável  
Transmissão Paulista PN: - 0,71%

## **Abengoa fica com ações do FIP Brasil Energia na Manaus Transmissora de Energia (*CanalEnergia*) 10/02/09**

Empresa é titular do contrato de concessão que permite a construção da linha de transmissão Oriximá-Itaciatiara-Cariri, em 500 kV

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Negócios

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou, nesta terça-feira, 10 de fevereiro, a transferência do controle societário do Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (FIP) na Manaus Transmissora de Energia para a Abengoa Concessões Brasil Holding. O FIP detém 20,5% das ações da companhia e a Abengoa detém, atualmente, 30% das ações. Com a transferência, a Abengoa passará a deter 50,5% das ações, e a Eletronorte e a Chesf continuarão com 30% e 19,5%, respectivamente.

A Manaus Transmissora de Energia é titular do contrato de concessão que permite a construção da linha de transmissão Oriximá-Itaciatiara-Cariri, em 500 kV. A LT faz parte da interligação Tucuruí-Macapá-Manaus, que vai interligar o sistema isolado ao Sistema Interligado Nacional.

## **PDE 2008-2017: escassez de projetos hidrelétricos preocupa especialistas (CanalEnergia) 10/02/09**

Falta de projetos reflete dificuldade de se conseguir licenciamento ambiental, afirma Paulo Mayon, da Anace

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Expansão

Especialistas do setor estão preocupados com a forma como a expansão da energia está acontecendo no Brasil. O Plano Decenal de Energia 2008-2017, apresentado na semana passada pelo presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, prevê a entrada de 15.305 MW provenientes de 82 novas térmicas, sendo 41 usinas a óleo combustível. A geração hídrica terá como principais projetos as usinas do Complexo do Rio Madeira (RO, 6.450 MW) e a primeira fase de Belo Monte, 5.131 MW de um total de 11.181 MW.

"Nos preocupa a maneira como a expansão da geração está acontecendo no Brasil, com a utilização de muitas térmicas e falta de empreendimentos hidrelétricos", afirmou o presidente executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, Ricardo Lima. Segundo ele, o aumento significativo de térmicas na matriz energética afeta a competitividade de todos os consumidores brasileiros, principalmente os industriais, pois terão que pagar mais caro pela energia consumida.

Para Paulo Mayon, presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia, a escassez de empreendimentos hidrelétricos no PDE 2008-2017 reflete a dificuldade de se conseguir licenciamento ambiental para esses projetos. "É impressionante como persiste a miopia de tentar afastar a construção de usinas no Norte do país. A cada liminar emitida contra a construção de hidrelétricas, temos que utilizar como alternativa uma térmica, que é muito mais poluente e prejudicial ao meio ambiente", avaliou Mayon.

A complementariedade de outras fontes, segundo o presidente da Anace, é importante para a segurança energética. "Mas estamos abrindo mão de um potencial enorme da região Norte", completou o executivo. "O Brasil tem muito ainda o que percorrer quanto ao consumo de energia. Dados demográficos mostram que temos um potencial grande de crescimento, por isso precisamos de geração limpa", afirmou o executivo.

No entanto, Mayon reconhece que o PDE 2008-2017 está adequado dentro da realidade atual. "O planejamento foi bem realista dentro do quadro que nós temos disponível", disse. O planejamento, de acordo com ele, mostra ainda a frustração quanto aos projetos de biomassa, que estão aquém das expectativas, e são, na cadeia de custos, a segunda fonte mais barata, depois da hidráulica. O que está faltando no planejamento, na opinião de Mayon, é um programa que incentive a energia eólica, que ainda não é competitiva. "Temos um potencial enorme para eólicas, mas precisamos de subsídios ou de tecnologias novas para que se tenha um custo competitivo", sinalizou o presidente da Anace.

## **UTE Potiguar inicia testes de 53,1 MW (CanalEnergia) 10/02/09**

Companhia Energética Potiguar terá 60 dias para encaminhar relatório final confirmando ou corrigindo potência da unidade

Da Agência CanalEnergia, OeM

A Agência Nacional de Energia Elétrica liberou para início da operação em teste as unidades geradoras UG1 a UG64, de 830 kW cada, da UTE Potiguar, localizada no município de Macaíba, no Rio Grande do Norte. As unidades, que totalizam 53,1 MW, foram liberadas desde o último dia 7, de acordo com resolução publicada no Diário Oficial da União, da última segunda-feira, 9 de fevereiro. A usina, pertencente à Companhia Energética Potiguar, terá até 60 dias para

entregar relatório final confirmando ou corrigindo a potência das unidades. A solicitação para início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste.

## **Ibama multa Jirau em R\$ 475 mil (CanalEnergia) 10/02/09**

Consórcio foi autuado por suprimir, sem a autorização, 18,65 hectares de floresta nativa em área de preservação permanente, diz instituto

Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

O consórcio Energia Sustentável do Brasil foi autuado na última sexta-feira, 6 de fevereiro, em R\$ 475 mil pela supressão sem a autorização do órgão ambiental competente de 18,65 hectares de floresta nativa em área de preservação permanente. Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a empresa conta, atualmente, com autorização para suprimir 40,83 hectares situados na margem direita do Rio Madeira, destinados à abertura de estradas de acesso, área de pedreira e de estoque de canteiro pioneiro, que é o primeiro canteiro da obra no qual fica o apoio administrativo e os maquinários.

Segundo o Ibama, dos 40,83 hectares autorizados, tem-se 36,21 hectares em área antropizada contendo pastagens e capoeira; os restantes 4,62 hectares estão em Floresta Ombrófila Densa e, nestes, apenas 1,91 hectares em área de preservação permanente. No entanto, a vegetação que foi suprimida refere-se à área de preservação permanente onde deverá ser o canteiro industrial, em outro local, mas que ainda não teve a liberação autorização de supressão da vegetação. Além da multa aplicada, a área de 18,65 hectares foi embargada. O consórcio, formado por Suez Energy (50,1%), Eletrosul (20%), Chesf (20%) e Camargo Corrêa (9,9%), tem 20 dias para se pronunciar.

## **Abertas as inscrições para curso de simulador de eficiência energética (CanalEnergia) 10/02/09**

Destinado aos profissionais da construção civil, o curso contará com aulas sobre software que avalia consumo de energia de prédios

Da Agência CanalEnergia, Cursos

Estão abertas as inscrições do curso de treinamento para uso do software EnergyPlus, simulador de eficiência energética de edifícios, oferecido pela Associação Nacional de Arquitetura Bioecológica. Destinado aos profissionais da construção civil, o curso contará com aulas à distância no dia 30 de março e se complementar com aulas presenciais nos dias 23, 24 e 25 de abril na sede da Anab, na Vila Mariana (SP). A carga horária varia entre 4 e 20h, de acordo com o nível escolhido pelo aluno.

Segundo o professor do Departamento de Engenharia Mecânica da Escola Politécnica da USP, Alberto Hernandez Neto, que vai ministrar o curso, o software EnergyPlus possibilita avaliar o consumo de energia de prédios e analisar os potenciais níveis de redução e uso racional de energia. Ele destaca também que, embora o número de profissionais capacitados na utilização do EnergyPlus tenha aumentado, ainda é insuficiente para atender à demanda do mercado brasileiro. As inscrições podem ser feitas pelo telefone (11) 2832-1157.

Serviço:

Curso: EnergyPlus

Local: Anab, Vila Mariana (SP)

Inscrições: (11) 2832-1157

Informações: [http://www.anabbrasil.org/cursos.asp?action=v\\_cur&id\\_cur=39](http://www.anabbrasil.org/cursos.asp?action=v_cur&id_cur=39)

## **SINDICAL**

## **Nesta quarta, 11, Dia Nacional de Luta (CUT Nacional) 10/02/09**

Escrito por CUT Nacional

CUT e entidades filiadas realizam mobilizações e protestos em algumas das principais cidades do Brasil. Veja a programação e conheça as propostas

Reprodução Nesta quarta, dia 11 de fevereiro, a CUT e suas entidades filiadas realizam mobilizações de rua, atos políticos, passeatas e panfletagens em algumas das principais cidades do país, com o objetivo de reafirmar que a defesa dos empregos e dos salários deve ser prioridade absoluta do Brasil neste momento de crise, e para denunciar setores empresariais e políticos que querem se aproveitar da conjuntura para atacar os direitos dos trabalhadores e aprofundar a turbulência.

Através das mobilizações de amanhã, a Central Única dos Trabalhadores também quer repetir que fará o que estiver ao seu alcance para deter as demissões.

Será o Dia Nacional de Luta pelo Emprego e pelo Salário.

Uma das principais e maiores atividades de amanhã acontece na cidade do Rio de Janeiro, com passeata e ato político diante da sede administrativa da Vale (rua Graça Aranha, 26). Promovido pela CUT-RJ, o ato político em frente à Vale começa às 16h, com a presença do presidente nacional da CUT, Artur Henrique.

A escolha da Vale como local da concentração deve-se ao fato de a companhia simbolizar o oportunismo de quem muito lucra e tem muito dinheiro, mas se aproveita do clima de temor para defender demissões e redução de salários.

Outra importante mobilização acontece no período da manhã, a partir das 7h30, no km 23 da via Anchieta, em São Bernardo do Campo. Neste horário, os metalúrgicos do ABC iniciam protesto diante da VW. O presidente da CUT também participará deste ato.

Em comunicado, o Sindicato informa que o protesto servirá para exigir medidas contra:

- falta de responsabilidade social dos empresários;
- demissões e redução de salário;
- oportunismo das empresas por usar a crise mundial como desculpa para demitir;
- retenção de crédito que impede, dificulta e encarece o financiamento ao consumidor final, apesar de recentes medidas para aumentar a liquidez, como a diminuição do compulsório;
- spread (lucro dos bancos com empréstimo) no Brasil, que é o maior do mundo e 11 vezes maior que o dos países desenvolvidos;
- taxa básica de juros, também a maior do mundo.

Cobrar o governo de SP - Na capital paulista, haverá, a partir das 10h, ato político na Praça do Patriarca, centro da cidade. Com representação teatral para denunciar as "espertezas empresariais durante a crise" e panfletagem, essa mobilização promovida pela CUT-SP tem por objetivo também reivindicar abertura de negociações entre trabalhadores, o setor produtivo em geral e o governador do Estado, José Serra, com quem se espera debater medidas de superação da crise.

Haverá protesto diante da Vale também em Vitória, capital capixaba, a partir das 9 da manhã, na portaria de Camburi. Na cidade de Vitória, a CUT e suas entidades também têm promovido panfletagens desde o dia 5.

No Rio Grande do Sul, a CUT do Estado e suas entidades também prometem agitar. Logo de madrugada, haverá panfletagem em frente as fábricas da grande Porto Alegre e Vale dos Sinos. Às 9h30, acontece ato público em frente à Fiergs (Av. Assis Brasil, 8787, Porto Alegre, RS).

Em seguida, os manifestantes marcham até o Palácio Piratini, em Porto Alegre, sede do governo estadual. Haverá a entrega do documento "Os trabalhadores não vão pagar pela crise" para a governadora e para o presidente da Assembléia Legislativa.

Em Pelotas, haverá um ato no Calçadão com panfletagem a partir das 10h e mobilizações nas fábricas durante a madrugada.

O ato das Regionais da CUT Missões e CUT Celeiro será às 18h, na Praça Getúlio Vargas, localizada no Centro do município de Santa Rosa. Haverá panfletagem e ato cultural. Durante a madrugada, haverá manifestações nas portas de fábricas metalúrgicas.

Em Ijuí, haverá plenária às 9h, no Sindicato dos Professores do RS (Sinpro-RS). Após, acontecerá a passeata no centro da cidade.

Em Passo Fundo, também haverá panfletagem durante a madrugada nas portas das fábricas. Das fábricas, seguiram em caminhada até a Praça Municipal.

Em Canoas, haverá atividade em frente à GCO. Após, haverá mobilizações na Avenida Guilherme Scheel.

Em Sapucaia do Sul, também haverá concentração na RS 118, após a mobilização na fábrica metalúrgica, às 7h.

Em Salvador, a partir das 10h, haverá protesto diante da sede da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (rua Edístio Ponde, 342).

A Boca Maldita será o palco da manifestação organizada pelas entidades cutistas em Curitiba, a partir das 9h.

Em Maceió (AL), a partir das 15h, as mobilizações acontecem no Calçadão do Comércio.

A CUT-PE realiza seu principal ato de amanhã diante da sede da empresa Fricon, localizada na BR 101 Norte, na cidade de Paulista, a partir das 6h.

Em Teresina, Piauí, o ato público ocorre na Praça da Liberdade, a partir das 8h30.

A cidade de Pelotas vai realizar o principal ato no Rio Grande do Sul, a partir das 10h, no Calçadão da cidade.

Estão programadas também atividades em cidades do interior dos Estados, como em São Paulo, onde haverá panfletagens em todos os municípios em que há subsedes da CUT.

Alternativas mais ousadas - Na visão da CUT, a única forma de superação da crise é a manutenção dos empregos e do valor dos salários, sem o que não há fortalecimento do mercado interno. A Central tem orientado seus sindicatos a buscar negociações e acordos que encontrem alternativas mais ousadas e responsáveis do que a simples redução de salário ou suspensão de contratos.

Um dos acordos fechados recentemente que mais bem simbolizam a possibilidade de superação da crise com respeito aos empregos e aos salários foi fechado no último dia 20 de janeiro com a VW de Taubaté (SP). Lá, o sindicato dos metalúrgicos, filiado à CUT, fechou um acordo que garantiu 650 contratações em carteira de trabalhadores temporários cujos contratos iriam se encerrar. Em troca, os trabalhadores toparam reduzir a jornada sem reduzir salário, sabendo que, quando a produção voltar a todo o vapor, as horas deverão ser repostas.

Na Zona Franca de Manaus, a CUT Amazonas fechou um acordo entre governo do estado e entidades empresariais que garantiu estabilidade no emprego de todos os 42 mil trabalhadores da indústria de motos e da indústria de plásticos durante o primeiro trimestre. Em troca, o governo abriu mão de parte dos impostos pelo mesmo período. Ao final de 90 dias, haverá nova rodada de negociação, para saber se o acordo precisa ser refeito. Mas todos estão apostando que até lá a produção dará sinais de retomada.

Resistência - Outra orientação da CUT a seus sindicatos é resistir às demissões com greves, paralisações e atos. Um dos casos mais recentes de luta veio da TRW, em Diadema, onde greves reverteram 86 demissões. Há greves desse tipo ocorrendo em diversas bases da CUT.

Na segunda, dia 9, o Sindicato dos Bancários de São Paulo realizou protesto na Avenida Paulista contra as recentes 400 demissões no Banco Santander. O objetivo é abrir negociações para reverter as dispensas.

Veja algumas das propostas da CUT para superação da crise:

Redução drástica da taxa básica de juros - com a taxa alta como está, os mesmos especuladores de sempre ganham e ainda derrubam o consumo.

Queda do spread - o spread é o que os bancos ganham quando pegam o dinheiro dos outros bem baratinho e emprestam bem caro

Liberação do crédito - os bancos estão sentados em cima do dinheiro, aplicando em papéis do governo, e quem precisa de crédito para produzir e consumir fica em apuros

Investimentos públicos - é essencial que o governo federal, através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) mantenha e até amplie os investimentos em obras que gerem emprego e renda

Contrapartidas sociais - o governo precisa exigir que todas as empresas que receberem isenção de impostos ou empréstimo com dinheiro público se comprometam a não demitir, sob pena de punição

Redução de impostos - a CUT propõe a redução da carga tributária durante os meses em que a produção estiver em baixa, mas só se for com garantia, por escrito, de que as empresas vão manter o nível de emprego e o valor dos salários registrados na data em que as reduções tributárias temporárias entrarem em vigor.

Usar o superávit primário para garantir programas sociais e investimentos em obras que gerem empregos - o governo federal mantém mais de R\$ 130 bilhões guardados para garantir pagamento da dívida interna. Detalhe: essa dívida pertence a 0,04% das famílias brasileiras, ou seja, especuladores iguais aos que criaram a crise internacional.

Câmaras setoriais - precisamos criar um calendário de encontros entre os representantes dos trabalhadores e dos empresários, mais os governos federal e estaduais, para debater e elaborar medidas políticas e econômicas que contribuam para o desenvolvimento econômico com distribuição de renda. Essa iniciativa democrática vai impedir que só "especialistas" e burocratas de gabinete tomem grandes decisões.

Redução da jornada sem redução de salários - se a jornada de trabalho semanal cair das atuais 44 horas para 40 horas, vai haver mais espaço para manter ou até gerar novos empregos. Já existe um projeto de lei para essa mudança no Congresso Nacional. Vamos cobrar que deputados e senadores aprovelem esse projeto.

Combate às terceirizações - os patrões abusam das terceirizações, para pagar salários mais baixos e não honrar com os direitos trabalhistas. Isso precisa mudar.

Fim da rotatividade - os empresários brasileiros têm por hábito demitir trabalhadores para contratar outros que vão ganhar menos. É uma forma de aumentar os lucros. Para acabar com essa farra, a CUT quer a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho passe a vigorar no Brasil. Esta Convenção, que limita as demissões sem justa causa, depende agora da aprovação de deputados e senadores. Vamos cobrá-los.

Todo o apoio à agricultura familiar - crédito, assistência técnica e meios de comercialização.

Reforma agrária - mais empregos no campo.

Políticas públicas - ampliação e fortalecimento de programas sociais como saúde e educação para todos os brasileiros.

## **Dia Nacional de Luta (CUT Nacional) 10/02/09**

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Metalúrgicos do ABC cruzam os braços e vão às ruas nesta quarta-feira

Foto Valter BittencourtO Sindicato dos Metalúrgicos do ABC comanda nesta quarta-feira (11), a partir das 7h30, na portaria da Volkswagen (Km 23 da via Anchieta), em São Bernardo do Campo, manifestação que vai reunir milhares de trabalhadores da categoria para protestar contra as demissões. O ato integra mobilização nacional organizada pela CUT para marcar o Dia Nacional de Lula pelo Emprego e Salário em todo o Brasil.

O protesto batizado pela CUT de Querem lucrar com a crise. A classe trabalhadora não vai pagar esta conta vai cobrar responsabilidade social de empresários - que sob a desculpa da crise mundial, estão demitindo e cortando salários, apesar de terem vivido cinco anos consecutivos de recordes de produção, vendas e faturamento -; denunciar que os banqueiros continuam dificultando o crédito com o spread e os juros mais altos do mundo, apesar da ajuda federal, e que o governo do Estado de São Paulo nada tem feito para combater a crise no Estado mais rico da Federação.

A manifestação também vai reivindicar que o governo federal exija que todas as empresas que receberem isenção de impostos ou empréstimo com dinheiro público se comprometam a não demitir, sob pena de punição. Durante o protesto, os trabalhadores também receberão informes sobre a organização do seminário regional que vai reunir prefeitos, sindicatos e empresários do ABC para debater e elaborar propostas de combate à crise e às demissões e pela retomada do crescimento econômico

## O SINDICATO E A CUT PROTESTAM E EXIGEM MEDIDAS CONTRA:

- 1 - Falta de responsabilidade social dos empresários;
- 2 - Demissões e redução de salário;
- 3 - Oportunismo das empresas por usar a crise mundial como desculpa para demitir;
- 4 - Retenção de crédito que impede, dificulta e encarece o financiamento ao consumidor final, apesar do aporte do governo federal;
- 5 - Spread (lucro dos bancos com empréstimo) no Brasil, que é o maior do mundo e 11 vezes maior que o dos países desenvolvidos;
- 6 - Juros altos também o maior do mundo;
  
- 7 - A falta de ação do governo de São Paulo, que apesar de ser o Estado mais rico da Federação concentra 44% dos desempregados. Há uma série de medidas em nível estadual que poderiam ter sido tomadas para evitar demissões, como fez, por exemplo, o governo do Amazonas, onde houve um acordo de renúncia fiscal com os empresários em troca da manutenção e estabilidade de 8 mil empregos na Zona Franca de Manaus. A medida do governo amazonense evitou as demissões de 2.100 trabalhadores do setor termoplástico. Acordo similar já havia sido feito com os fabricantes de motocicletas, garantindo outros 22 mil empregos;
  
- 8 - Pelo uso do superávit primário para garantir programas sociais e investimentos em obras que gerem emprego;
  
- 9 - Pela garantia de que os governos exijam contrapartidas sociais e manutenção de emprego de empresas beneficiadas por isenção fiscal e empréstimos públicos.

## **Conferência Nacional de Comunicação (CUT Nacional) 10/02/09**

Escrito por FNDC

Movimento pela democratização da comunicação elege CUT para integrar coordenação do evento

Rosane Bertotti, CUTApós muita luta e pressão dos movimentos sociais e pela democratização da comunicação, a primeira Conferência Nacional de Comunicação foi confirmada pelo próprio presidente Lula durante o Fórum Social Mundial e, finalmente, começa a sair do papel. Na última sexta-feira (6), a Comissão Nacional Pró-Conferência escolheu as entidades que serão indicadas para integrar a organização do evento, com a Central Única dos Trabalhadores ocupando lugar de destaque entre as três mais votadas, em reconhecimento à atuação da entidade na mobilização pela Conferência. A nominata será apresentada na próxima terça-feira (10) em reunião com o Ministério das Comunicações (Minicom). O Portal do Mundo do Trabalho reproduz abaixo artigo de Candice Cresqui, com Fabiana Reinholtz, no site do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Conferência Nacional de Comunicação começa a ser delineada

Além da CUT, serão indicados o FNDC, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitárias (Abraço), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o Coletivo Interozinhos de Comunicação, a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão (Fitert) e o Movimento Negro Unificado, entre outras entidades. A Comissão irá sugerir como tema central para o debate na Conferência a idéia de que "as comunicações são meios para a construção dos direitos e da cidadania".

A realização da Conferência está prevista para os dias 1º, 2 e 3 de dezembro de 2009. As fases municipais serão feitas até 22 de junho e as etapas estaduais de 30 de junho a 15 de setembro. Até outubro serão sistematizadas as propostas. O Executivo comprometeu-se em publicar ainda neste mês o decreto convocando a Conferência e a portaria que designará a Comissão Organizadora. A data escolhida para a Conferência refere-se ao Encontro Pró-Conferência Nacional de Comunicação, realizado no ano passado, e aos dois anos de implantação das TVs Pública e Digital no Brasil.

A definição do cronograma foi feita na última terça-feira (3) quando representantes da Comissão Nacional Pró-Conferência reuniram-se com André Barbosa, assessor da Casa Civil para assuntos de Ciência e Tecnologia, Marcelo Bechara, assessor Jurídico do Minicom, Gerson Luiz de Almeida Silva, secretário Nacional de Articulação Social da Presidência, Diogo Santana, assessor da Casa Civil e Sylvio Kelsen Coelho, assessor da Secretaria de Comunicação Social.

Participaram ainda a deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), Jeronimo Guedes, representando o deputado Walter Pinheiro (PT-BA); Márcio Araújo, assessor da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e Luiz Liñares, pela

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). A confirmação da Conferência foi feita pelo Presidente Lula, durante o Fórum Social Mundial, em Belém.

Para Roseli Goffman, Coordenadora de Mobilização da Executiva do FNDC e representante do Fórum e do CFP na Comissão Pró-Conferência, o próximo passo é buscar junto ao Executivo "que a Comissão Organizadora seja plural e democrática para garantir esse caráter também à Conferência". O FNDC defende a realização de uma Conferência tripartite, com a participação da sociedade e movimentos sociais, das empresas de comunicação e do Executivo.

#### Confirmação mobiliza FNDC

A confirmação da Conferência determinou mobilização das entidades nacionais e comitê regionais integrantes do FNDC, que se movimentam para defender um formato democrático. Conforme o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murillo, a convocação resulta da pressão dos movimentos sociais que, apesar da ambigüidade do governo e da clara contrariedade de alguns setores, lutam por ela há muito tempo.

Ele destaca a atuação do FNDC nessa mobilização e espera que a Conferência siga os moldes propostos pelo Fórum, conforme apontam as resoluções da última Plenária da entidade (confira aqui). O ponto central, segundo ele, deve ser o envolvimento de toda sociedade para a construção de políticas públicas de comunicação. "Normalmente, esse debate é controlado por setores burocráticos do governo, pelo empresariado e pelo parlamento com participação bastante reduzida. A grande novidade é que a Conferência pode assegurar nessa discussão a participação social", afirma.

Coordenadora do Comitê Regional do Rio Grande do Sul, a pedagoga Cláudia Cardoso, se disse surpresa com o anúncio da Conferência. "Mas uma surpresa muito agradável. Acho que realmente o presidente Lula ouviu o clamor da sociedade. Fomos ouvidos, depois de quase dois anos de reuniões, de debates", afirma.

Cláudia espera ver na Conferência o debate sobre uma nova comunicação, abordando todas as transformações que o setor vem passando nos últimos 15 anos. "Se a gente conseguir debater isso, mostrar como a nossa legislação é anacrônica, atrasada, e tentar atualizá-la, sairemos felizes. Precisamos mostrar novos caminhos, um novo marco regulatório, um novo marco filosófico da comunicação no país, privilegiando a informação como um direito", defende.

Segundo a coordenadora, o Comitê gaúcho deve realizar encontros e seminários preparatórios para a Conferência. "O FNDC tem conhecimento, tem história, tem acúmulo para mostrar porque temos que discutir comunicação, qual é a importância dela no dia-a-dia das pessoas, o que ela define, o que ela não define. O FNDC pode oferecer para a sociedade brasileira uma discussão qualificada de porque discutir comunicação no país", afirma.

#### Reconhecer o processo em curso

Na opinião de Rosane Bertotti, secretária nacional de comunicação da CUT, a realização da Conferência representa "uma conquista da nossa capacidade de argumentação e negociação. A partir do momento que o governo Lula diz que vai chamar a Conferência ele está reconhecendo a luta dos movimentos sociais". Para ela, é preciso reconhecer o processo já construído e tê-lo como subsídio.

"A Conferência tem como tarefa fazer uma análise geral da realidade da comunicação no país, e a partir daí, produzir novas propostas, novas políticas públicas e reformular o marco regulatório das comunicações", sustenta. Rosane ressalta ainda a importância do envolvimento dos governos municipais e estaduais para garantir o caráter democrático e massivo da Conferência. De acordo com a sindicalista, a CUT pretende fazer um grande debate sobre comunicação com os seus sindicatos.

A necessária participação dos setores público, privado e estatal no âmbito da comunicação também é destacada por Jonicael Cedraz, coordenador do Comitê FNDC da Bahia. "Vamos sentar juntos, os representantes dos poderes legislativo, executivo, os empresários e o nosso campo da sociedade civil para definir como garantir à sociedade brasileira, nos seus diferenciais, nos seus limites e contradições, práticas de comunicação democráticas", observa.

Para Jonicael, a Conferência deve ter como foco principal a formulação de um novo marco regulatório, mas para isso também deve garantir que campos como o da educação sejam representados. "Devemos pensar a realidade brasileira, pensar a comunicação como uma forma de contribuir para a democracia em todos os meios".

O coordenador baiano destaca a experiência do seu estado, que realizou uma conferência estadual de comunicação como um momento importante no país. No entanto, salienta que ela não deve ser tomada como base para a Conferência Nacional, pois, além de ter tido um caráter estritamente regional, "os movimentos sociais foram secundarizados nas discussões". A Bahia deverá produzir novamente debates municipais e estaduais para se inserir na etapa nacional.

## Participação de setores discriminados

De acordo com Sheila Tinoco, coordenadora de Comunicação da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), a Conferência responde ao clamor das entidades identificadas com a luta pela por uma comunicação mais democrática, tanto as diretamente ligadas ao setor como aquelas que incorporaram em suas pautas a importância da comunicação para construção de uma sociedade democrática. Para a Fenajufe, é fundamental também a participação de setores discriminados na sociedade, como negros, homoafetivos, mulheres, portadores de deficiências, trabalhadores sem-terras, sem-teto, entre outros.

Como informa a coordenadora, a Fenajufe tem mobilizado seus sindicatos para a realização da Conferência. A entidade realizou no ano passado um encontro nacional sobre comunicação, firmando como resolução participar na luta nos âmbitos nacional e estaduais.

Lidyane Ponciano, coordenadora do Comitê mineiro do FNDC, ressalta que pela primeira vez a comunicação ganha destaque na agenda política nacional. Mas ressalva que este é apenas o primeiro passo. "São muitos os gargalos a tratar na Conferência e sabemos que os avanços serão a passos lentos, mas pelo menos agora temos um espaço legítimo de discussão".

A jornalista salienta a importância de debater a democratização do conteúdo dos meios de comunicação. "O conteúdo deve ser construído com a participação da sociedade. Temos o direito de opinar sobre qual conteúdo queremos ter acesso, quem será o responsável por esse conteúdo e como ele chegará aos nossos lares", diz.

Em Santa Catarina, Natércia Magaldi, que coordena o Comitê catarinense do FNDC, vê o anúncio como um grande avanço. Para a psicóloga, a primeira conferência sobre comunicação evidenciará quão fundamental é para a democracia o direito à diferença, e às mais diversas fontes de informação.

## **Oficina no FSM (CUT Nacional) 10/02/09**

Escrito por Vera Gasparetto

CUT apresenta resultados do projeto com a Central Sindical Alemã DGB

Debate no FSM Cerca de 60 pessoas reuniram-se na tarde do dia 28 de janeiro no Fórum Social Mundial para trocar experiências sobre o Projeto "Fomento de Direitos Trabalhistas e Oportunidades de Emprego no Brasil", voltado para a formação nas áreas da juventude, saúde do trabalhador e meio ambiente, financiado pela Central Sindical Alemã DGB.

O subprojeto "Promoção da Juventude Sindical" foi apresentado pelo Coordenador do Coletivo Nacional de Juventude, Adriano Soares da Silva e pelo Coordenador Pedagógico Mário Ladoski. "Além do impacto de organização da juventude que o projeto provocou dentro da CUT, percebemos a necessidade de amadurecer e fazer o debate com outros jovens e movimentos sociais, formulando propostas para atuar em políticas públicas", comenta Adriano.

O dirigente Admirson Medeiros, da Escola Nordeste, e o assessor Alex Capuano (Observatório Social) falaram sobre as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) como ferramenta de organização da juventude cutista. "O uso precisa ser voltado ao projeto político e ao projeto de desenvolvimento que inclua um diálogo com a juventude trabalhadora sobre as suas próprias necessidades". A ferramenta do Conexão Sindical tem dois mil dirigentes sindicais cadastrados pelo Observatório Social.

O subprojeto voltado para a saúde do trabalhador é desenvolvido pelo Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador (INST) e foi apresentado pelo presidente Siderlei de Oliveira e pelo diretor financeiro Dary Beck Filho. Na avaliação de Siderlei são os jovens os que mais sofrem as consequências do ritmo e da exigência de produtividade. "É um exército de mutilados lesionados devido ao excesso de trabalho. Por isso a CUT luta pela redução da jornada de trabalho e do ritmo penoso", afirma.

A representante da DGB, Kerstin Roeske, saudou o público e falou da expectativa positiva sobre a continuidade do Projeto. "Temos interesse em investir nessas temáticas dentro do Brasil, nessa aliança com a CUT que também é de grande importância para os trabalhadores alemães". As atividades com a DGB no FSM continuaram com o lançamento da revista "Fomento de Direitos Trabalhista e Ampliação da Cidadania no Brasil" e encerrou no dia 31 de janeiro com uma reunião de avaliação e perspectiva do Projeto para 2009, além de uma avaliação sobre o Fórum Social Mundial.

## **Câmara Aberta desta quarta (11) (CUT Nacional) 10/02/09**

Escrito por Agência Sindical

Sindicalistas debatem Fórum Social Mundial

Expedito Solaney O crescimento do número de Centrais Sindicais e da participação de trabalhadores foi um dos aspectos mais marcantes do Fórum Social Mundial, realizado em Belém (PA), entre 27 de janeiro e 1º de fevereiro. O evento, que reuniu cerca de 150 mil pessoas, também foi marcado pela defesa de uma nova ordem econômica mundial, capaz de romper com o domínio do sistema financeiro e garantir a soberania dos povos, os direitos sociais e a paz.

Como essa forte presença de entidades sindicais influenciou a pauta de discussão do Fórum? Quais os desdobramentos que o evento produzirá na agenda sindical? Que resultados podem ser esperados dos debates que ocorreram em Belém?

Para falar sobre o assunto, o Câmara Aberta Sindical desta quarta (dia 11) convidou o secretário de Políticas Sociais da Central Única dos Trabalhadores, Expedito Solaney; o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah e o secretário da Juventude da Força Sindical, Jefferson Coriteac.

Sintonize - Quartas, das 19 às 20 horas, ao vivo, na TV Aberta São Paulo (NET 9, TVA 72); quintas, das 19 às 20 horas, reprise; em Guarulhos, pela TV Guarulhos, canal 20, toda quinta, das 19 às 20 horas; em São José dos Campos, pelo canal 95, na Vivax, toda quarta-feira das 19 às 20 horas e reprise às 23 horas; e em São José do Rio Preto, todo domingo, na TV da Cidade (Canal 16), às 20 horas, com reprise às terças-feiras, às 11 horas, e quintas-feiras, às 15 horas.

Você faz a pauta - Para divulgar sua entidade ou propor um tema para o programa, ligue 3231.3453 e fale com Dhayane/Gisele/Tatiani.

São Paulo: TV Aberta São Paulo, dia 11 de fevereiro, ao vivo, das 19 às 20 horas, 9 NET e 72/99 TVA

Guarulhos: TV Guarulhos, BIG TV, Canal 20 - dia 12 de fevereiro, das 19 às 20 horas.

São José dos Campos: Canal 95, Vivax - 18 de fevereiro, das 19 às 20 horas e reprise às 23 horas.

São José do Rio Preto: TV da Cidade, Canal 16 - 15 de fevereiro, das 20 às 21 horas.

Reprises: terças-feiras, às 11 horas, e quintas-feiras, às 15 horas.

Presidente Venceslau: TVC - TV a Cabo Venceslau, Canal 4 - 18 de fevereiro, das 13 às 14 horas.

Assista pela internet: [www.tvaberta.com](http://www.tvaberta.com)

Participe - Faça sua pergunta ao vivo: 3877.0078

E-mail: [cameraabertasindical@agenciasindical.com.br](mailto:cameraabertasindical@agenciasindical.com.br) Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email

## **Mobilizações em diversas regiões do país (CUT Nacional) 10/02/09**

Escrito por Condsef

Servidores unem-se ao Dia Nacional de Luta por Emprego e Salário

Nesta quarta-feira, dia 11, a Condsef e suas filiadas em diversos estados somam esforços para participar do Dia Nacional de Luta convocado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Mobilizações em diversas regiões do País já estão confirmadas. A campanha "Querem lucrar com a crise. A classe trabalhadora não vai pagar esta conta" é um dos carros-chefes da luta dos trabalhadores em 2009.

Para a CUT, a mobilização será uma resposta "à proposta da Fiesp e de alguns empresários que andaram dizendo que os trabalhadores precisavam aceitar redução de salário". Para a Central esta é uma "proposta indecente porque esconde que, na verdade, o que eles querem é aumentar a exploração e os lucros. Burra porque, com menos dinheiro no bolso do trabalhador, menos consumo e menos crescimento". Os servidores federais devem se engajar na luta para que trabalhadores não paguem pela crise.

A categoria vem sendo ameaçada pelo governo que alega necessidade de adiar reajustes já revertidos em lei por influência da crise financeira. Sem aceitar os argumentos, uma vez que as negociações firmadas devem prever orçamento para serem cumpridas, Condsef e CUT exigem a manutenção dos prazos firmados. Além disso, a Condsef cobra a instalação de grupos de trabalho (GT's) também garantidos em acordo para discutir reestruturação de carreira em diversos setores.

Geração de emprego e redução de juros – Entre as reivindicações da CUT está a de usar o superávit primário para garantir programas sociais e investimentos em obras que gerem empregos. O próprio governo mantém mais de R\$ 130 bilhões guardados para garantir pagamento da dívida interna, dívida esta que pertence a 0,04% das famílias brasileiras. A CUT também cobra redução drástica da taxa básica de juros; queda do spread; fim da rotatividade no emprego; liberação do crédito e redução da jornada sem redução de salário.

Condsef e CUT ainda defendem a aprovação da Convenção 151 no Congresso Nacional que regulamenta negociação coletiva no setor público. As entidades exigem também cumprimento integral de todos os acordos firmados com a categoria; tabela única de remuneração na administração pública; o reconhecimento do direito à Paridade; retirada dos Projetos de Lei 001, 092 e 248 do Congresso. Além disso, a Condsef quer negociar reajuste de benefícios como auxílio-alimentação, auxílio creche, diárias e contrapartida do Plano de Saúde.

A entidade também quer o fim do desmonte de órgãos públicos (Funasa, Incra, Iphan, Ibama, entre outros); discussão para criar diretrizes de plano de carreira e antecipação das tabelas remuneratórias de 2010 e 2011. A Condsef prepara o lançamento da Campanha Salarial 2009 dos servidores de sua base. A entidade busca entendimento com diversas entidades representativas do setor público para unificar a pauta de luta dos servidores públicos e fortalecer a luta em busca do atendimento das demandas urgentes do setor.

## **Grande manifestação (CUT Nacional) 10/02/09**

Escrito por CUT/RJ

"Nas ruas em defesa do emprego e do salário", convoca a presidente da CUT/ RJ para o Dia Nacional de Luta

A grande manifestação nacional da CUT desta quarta-feira, dia 11/02, tem para todos os cutistas um significado especial. Se não bastasse a importância crucial de nossa mobilização, para barrar as demissões promovidas por aqueles que querem lucrar com a crise, o local da manifestação é emblemático. Não por acaso o ato acontecerá em frente à sede da Vale aqui no Rio de Janeiro.

Essa empresa virou uma espécie de símbolo negativo da crise. Nove fora seu processo de privatização, sabidamente lesivo aos cofres públicos, a Vale ao longo dos últimos anos obteve lucros extraordinários, a ponto de incorporar empresas de vários países e se tornar a 4ª maior mineradora do mundo. Agora, usando a crise como pretexto ( e mesmo tendo fôlego financeiro para atravessar um período em que demanda por minério de ferro caiu no exterior), a empresa já demitiu cerca de 13 mil trabalhadores entre efetivos e terceirizados. Sem falar que o seu presidente, Roger Agnelli, virou uma espécie de porta-voz dos empresários que insistem em cortar direitos trabalhistas.

Nem um direito a menos. Emprego é tudo. Toda a força ao Dia Nacional de Luta da Central Única dos Trabalhadores.

Neuza Luzia Pinto é presidente da CUT-RJ

## **Baixos salários e pouca valorização social (CUT Nacional) 10/02/09**

Escrito por CNTE

Falta de professores preocupa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

O último censo da educação superior traz um dado preocupante: a diminuição drástica no número de estudantes ingressos nas licenciaturas e na pedagogia. Em muitas faculdades as vagas sobram. Um exemplo está na Universidade Federal de Goiás onde o número de inscritos no vestibular foi muito inferior ao número de vagas disponibilizadas. E porque isso acontece? Qual é o jovem que tem interesse em seguir uma carreira sem estímulo? Eles procuram cursos que garantam perspectivas de futuro. Para atrair profissionais para o magistério é preciso que os salários sejam atraentes.

A falta de interesse em ser professor ocorre principalmente em razão dos baixos salários e a pouca valorização social da carreira. A CNTE defende o novo piso salarial profissional nacional como um instrumento importante para ajudar a

mudar esse quadro. Mas, lamentavelmente, existem governadores INIMIGOS DA EDUCAÇÃO, TRAIADORES DA ESCOLA PÚBLICA que tentam conseguir na justiça o fim da exigência de que um terço das horas de trabalho seja reservado para atividades extraclasse, como preparação de aulas e a correção de provas, uma alternativa que certamente contribui para a melhoria da qualidade da educação pública no país.

Outro fator que desestimula a carreira do magistério é a violência nas escolas. Alunos agredindo e ameaçando professores nas escolas é um fato cada vez mais comum e provoca medo. Uma outra questão que vale destacar é o financiamento. Como ter uma escola pública de qualidade sem investimentos? Hoje, o Brasil investe cerca de 4% do PIB (Produto Interno Bruto), que é o valor total de riqueza produzida pelo país, em Educação. Garantir qualidade na educação significa, além de melhorar os salários de professores, investir maciçamente na formação destes profissionais e na construção de projetos que atendam as necessidades da escola. Investir na construção e equipamentos de bibliotecas, em laboratórios de ciências e de informática, tudo isso exige investimento.

Para motivar os jovens que estão ingressando no ensino superior a seguir a carreira do magistério, enfrentar a sala de aula, ter orgulho da profissão que escolheu é necessário proporcionar salário justo e condições de trabalho adequadas.

## **Campanha pelo NÃO falsifica repressão a estudantes na Venezuela (CUT Nacional) 10/02/09**

Escrito por Hora do Povo  
10/02/2009

Falsificação grotescaO jornal venezuelano El Nacional de sábado, 7 de fevereiro, publicou, em sua página A-14, um caro anúncio de meia página com foto de jovens sendo reprimidos por efetivos de um corpo policial, que os submetia a jatos de algum tipo de gás lacrimogêneo ou pimenta. O anúncio diz: "Castiga os delinquentes, não reprimas a nosso (erro) filhos", e embaixo "NÃO a reeleição indefinina", com um erro crasso ortográfico na palavra "indefinina" (indefinida).

O anúncio pretende passar a idéia de que a fotografia é de alguma marcha recente realizada na Venezuela. Porém, o jornalista Luigino Bracci Roa, da Rádio Mundial da Venezuela, descobriu que a imagem usada no anúncio é da Associated Press e foi tirada em 16 de abril de 2003, em Atenas, na Grécia, pelo fotógrafo Thanassis Stavrakis. Pesquisando mais um pouco encontraram que o suposto pagante da manipulação foi uma tal "Associação Civil pela Educação das Crianças e Adolescentes", entidade desconhecida por todos.

O El Nacional é um dos principais jornais da Venezuela, controlado por Gustavo Cisneros, cujo grupo também é dono do canal de televisão Venevisión, além de empresas produtoras de cerveja, clubes de beisebol, mídia que atua no mercado hispânico dos Estados Unidos, entre outras. E um aberto defensor do NÃO na emenda constitucional que será votada no próximo dia 15.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

## **Comissão de Implantação UFFS toma posse nesta quarta-feira (11), em Brasília (CUT Nacional) 10/02/09**

Escrito por Fetraf/Sul

O Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, nesta quarta-feira (11.02), fará a instalação oficial da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, na sede do MEC em Brasília, às 15h30min. Essa Comissão foi instituída pela Portaria MEC nº 148, de 3 de fevereiro de 2009. Fazem parte desta comissão quatro membros indicados pelo Movimento Pró-Universidade Pública e Popular, que luta pela implantação da Universidade Federal.

Os nomes indicados pelas entidades que fazem parte do Movimento Pró-Universidade são dos professores Ricardo Rossato, Conceição Paludo, Paulo Alves Lima Filho e Antônio Inácio Andrioli, todos com ampla experiência acadêmica e cursos de aperfeiçoamento como mestrado, doutorado e pós-doutorado.

O projeto da Universidade está tramitando no Congresso Nacional e o Ministério da Educação está agilizando os preparativos para a instalação através da formação da comissão de implantação que é composta por membros do Mec e os membros indicados pelo Movimento.

A Universidade Pública Federal municípios do Norte do Rio Grande do Sul, do Oeste de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná. Desde 2003, lideranças dos três estados reivindicam ao governo federal a construção da universidade na região. O projeto da Universidade Federal é multicampi e prevê uma projeção de expansão para outras regiões. Chapecó(SC) será sede com cinco cursos. Os outros campi são em Erechim (RS), Cerro Largo (RS), Realeza(PR) e Laranjeiras do Sul (PR) com três cursos em cada local.

**Inflação avança em São Paulo e fica em 0,49% na primeira prévia do mês (CUT Nacional) 10/02/09**  
Escrito por Agência Brasil

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) na cidade de São Paulo, medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), atingiu 0,49%, na primeira prévia de fevereiro, ante alta de 0,46% do fechamento de janeiro. Dos sete grupos pesquisados, três apresentaram avanços em comparação com a pesquisa anterior: alimentação, com alta de 0,83% ante 0,68%; habitação, com variação de 0,30% ante 0,21%; e saúde, com elevação de 0,49% ante 0,42%.

O grupo educação, que tem pressionado a taxa, apresentou desaceleração, passando de 5,95% para 4,77%. O mesmo movimento ocorreu no grupo despesas pessoais, que registrou alta de 0,56%, índice um pouco abaixo do verificado na medição passada (0,59%).

Nos demais grupos, houve deflação. Em vestuário, as liquidações de roupas derrubaram a taxa para -0,81%, acentuando o recuo registrado no fechamento de janeiro (-0,56%). Já o grupo transportes, apesar de ter mantido taxa negativa (-0,23%), dá sinais de recuperação, uma vez que no levantamento anterior o índice havia ficado em -0,30%.

## **Anfavea: Produção de veículos dobra em janeiro, (CUT Nacional) 10/02/09**

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – CUT/SP

A produção de veículos no Brasil cresceu 92,7% no primeiro mês de 2009, na comparação com dezembro do ano passado. Outro número positivo divulgado nesta segunda-feira (9) pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) foi o das vendas, que subiram 1,5% na mesma base de comparação.

Para o presidente da Anfavea, Jackson Schneider, o reaquecimento do mercado deve-se às medidas adotadas pelo governo federal no final de dezembro. "Sem dúvidas o pacote de medidas, encabeçado pela redução do IPI, teve um efeito diretos nesses resultados positivos. As ações foram na hora e na direção certa, o que nos deixa com uma boa expectativa."

Apesar do otimista, Schneider garantiu que não é possível fazer nenhuma previsão. "Projeção qualquer um pode fazer, o difícil é a consistência dessa projeção. Agora, ainda não para saber até qual nível os números irão subir ou até quando vai essa tendência positiva."

EMPREGOS - Segundo a Anfavea, o nível de emprego no setor automotivo caiu 1,5% em janeiro contra o mês anterior, mas subiu 3,7% na comparação anual, para 126.188 postos de trabalho.

"Os números da Anfavea divulgados hoje sobre aumento de produção mostram que não é um cenário de morte, peste e guerra como anunciaram. Os números confirmam o que já dissemos anteriormente: que é precipitada qualquer decisão sobre redução de salário e jornada ou corte de direitos trabalhistas. Sabemos que há problemas em relação às exportações e caminhões, mas é necessário calma, porque as informações sobre os desdobramentos da crise são contraditórias. Tem até empresa de autopeça que fez acordo para reduzir jornada querendo voltar atrás porque recebeu pedidos e terá de aumentar a produção", afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre.

## **São Paulo: confira programação gratuita e de qualidade (CUT Nacional) 10/02/09**

Escrito por Apeoesp

A União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de São Paulo está promovendo uma série de atividades culturais gratuitas, no Teatro Denoy de Oliveira, na Bela Vista.

No próximo sábado, 14 de fevereiro, a Mostra Cinema Brasileiro de A a Z terá sessão do filme "Dois Córregos", seguida de debate com o cineasta Carlos Reichenbach. Na segunda-feira (16), o destaque é o Projeto "O Choro e Sua História". Na quinta-feira (19), a festa será na rua com o Bloco Caras Pintadas - Viva a Nação Brasileira. Confira na Rui Barbosa, 323, na Bela Vista.

Informações: (11) 3289 7475.

## **Contraf faz encontros de dirigentes sindicais do Bradesco e do Santander/Real (CUT Nacional) 10/02/09**

Escrito por Contraf/CUT

A Contraf/CUT está realizando os encontros nacionais de dirigentes sindicais do Bradesco e do Santander/Real para discutir e definir a estratégia das campanhas permanentes nesses bancos.

Os encontros, que começaram nesta segunda-feira 9 e vai até a quarta 11, estão sendo realizados no Hotel Atibainha, interior de São Paulo. Já foram realizados encontros dos dirigentes sindicais do Itaú, Unibanco, HSBC, Banco do Brasil e Caixa Federal.

2º Congresso da Fetamal escolhe nova diretoria (CUT Nacional) 10/02/09

Escrito por Fetamal

Nós dias 06 e 07 de fevereiro de 2009, aconteceu no Município de Arapiraca, o 2º Congresso da FETAMAL, que contou com a participação de 17 sindicatos municipais, dando um total de 34 delegados.

Também estiveram presentes o Presidente da CUT/AL, Izac Jacson, a presidente da CONFETAM, Graça Costa, o Dep. Estadual Paulão, Joaquim Brito, da FETAG o companheiro Genivaldo, Fernando do SINDACS.

Os companheiros e companheiras estão de parabéns pelo encontro, tudo transcorreu como estava planejado, onde podemos conhecer e saber das lutas nos municípios.

Neste encontro aconteceu a eleição da nova diretoria da Fetamal, que depois da escolha dos nomes, foi eleita por unanimidade a nova diretoria.

## **Professores do Mato Grosso entram em estado de greve (CUT Nacional) 10/02/09**

Escrito por Sintep/MT

Os trabalhadores da Educação aprovaram, em assembléia geral, nesta segunda-feira (09), o estado de greve da categoria, até o dia 09 de março, data de nova assembléia. O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT) reivindica o piso salarial de R\$ 1.050,00 desde o ano passado. Mas a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc/MT) sinalizou a implantação do piso apenas em maio deste ano.

De acordo com o presidente da entidade, Gilmar Soares Ferreira, a decisão reafirma a continuidade da mobilização. "Nós sabemos que o piso de R\$ 1.050,00 já poderia ter sido implantado em setembro de 2008 e vamos continuar empenhados nas negociações para que isso se torne realidade", garantiu. Ele falou ainda sobre os avanços quanto à aplicação dos 25% do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) na Educação. "A Sefaz (Secretaria de Estado de Fazenda) está fazendo um estudo sobre isso e já sinalizou a destinação da parcela do Imposto", acrescentou.

O secretário de Redes Municipais do Sintep/MT e presidente da Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso (CUT/MT), Júlio Cesar Viana, reiterou a viabilidade do piso reivindicado. "Estudos feitos pelo Sindicato e a Seduc já comprovaram que este valor já deveria ser praticado. Com os 25% do IRRF, o governo teria, portanto, condições de pagar um piso superior a R\$ 1.050,00". Ele lembrou que a arrecadação do Estado calculada pela Seduc apresenta uma diferença cerca de R\$ 40 milhões a menor, se comparados aos números do Sintep/MT.

Próximos passos - O estado de greve da categoria, aprovado na assembléia geral de hoje, foi deliberado no Conselho de Representantes dos dias 07 e 08 de fevereiro. Além da assembléia geral em março, um novo Conselho está marcado para os dias 07 e 08 do mesmo mês. Até lá, o Sintep/MT continuará realizando manifestações pelo piso salarial, focadas na aplicação do IRRF na pasta.

A assembleia geral abordou ainda a Conferência Nacional da Educação, prevista para 23 de abril de 2010. O tema será "Sistema Nacional de Educação". Dois integrantes do Sindicato participam da comissão organizadora do evento. Uma reunião na próxima sexta-feira (13) definirá os encaminhamentos para a realização das conferências municipais e estaduais de Educação. A participação dos professores nestas etapas garantirá a significativa representação da categoria do Estado na Conferência Nacional.

## **Câmara dos Deputados debate redução da jornada (CUT Nacional) 10/02/09**

Escrito por Blog do Jamildo

A composição da comissão especial sobre a redução da jornada de trabalho (PEC 231/95) será completada nesta terça-feira (10), quando serão escolhidos seus três vice-presidentes. O presidente do colegiado, deputado Luiz Carlos Busato (PTB-RS), espera definir então a pauta de discussões e as pessoas que serão ouvidas em audiências públicas. O relator dos trabalhos será o deputado Vicentinho (PT-SP).

Busato considera "inevitável" que os debates sejam afetados pela crise financeira mundial. Porém, ele acredita que esse fator terá influência limitada, pois a comissão pretende elaborar uma lei "definitiva", em vez de apenas dar uma resposta ao período de crise.

"A redução da jornada de trabalho vem sendo discutida há muito tempo, não é fruto da crise. Por isso, temos de saber diferenciar o momento atual de uma legislação que deve ser para toda a vida", ressaltou.

Entre as entidades que serão ouvidas, está a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que reúne os principais empregadores do País. A CNI considera que a crise impede o atendimento à proposta das centrais sindicais de diminuição da jornada com preservação dos níveis de salário, pois isso provocaria aumento linear de 10% no custo do trabalho, afetando todas as empresas, independentemente de porte, setor ou região.

Segundo o presidente da CNI, deputado Armando Monteiro (PTB-PE), a alternativa para permitir a retomada da geração de postos de trabalho é a desoneração dos encargos trabalhistas, além do próprio crescimento econômico.

Entre as medidas que permitiriam a manutenção do nível de emprego, a CNI lista melhores condições de crédito para empresas e consumidores, com queda da taxa Selic e dos spreads bancários; desoneração da atividade produtiva, por meio da diminuição de impostos e encargos sociais e da dilatação dos prazos de recolhimento; e estímulo a novos investimentos privados e ampliação do investimento público, com corte de gastos de custeio.

Quanto à negociação entre sindicatos e empresas, Monteiro defende o uso de "instrumentos legais que permitam adequação transitória da disponibilidade de pessoal à queda da demanda, buscando soluções para evitar demissões". Entre esses instrumentos, além da própria redução da jornada com salários menores, a CNI cita o banco de horas; as férias coletivas; e a suspensão do contrato de trabalho com bolsa para qualificação.

No último dia 7 de novembro, porém, a CUT aprovou uma resolução em direção contrária à proposta da CNI, reivindicando a "redução constitucional da carga máxima de trabalho para 40 horas semanais sem redução dos salários e com limitação das horas extras" como uma alternativa para enfrentar a crise.

O presidente nacional da CUT, Artur Henrique, rebateu em artigo publicado em maio a tese de que a diminuição da jornada diminuiria a competitividade da indústria brasileira, prejudicando as exportações do País. "É mentira", diz Artur Henrique, argumentando que nem o Fórum Econômico Mundial de Davos considera os baixos salários como fator positivo na hora de medir a competitividade de uma economia nacional. "Nada como esgrimir um ícone do adversário como forma de desarmar seu discurso", argumenta.

A favor da redução da jornada, segundo ele, falam os números do trabalho no Brasil. Nos últimos 15 anos, a produtividade da economia brasileira cresceu 150%, segundo tese de doutorado do economista Cássio Calvete. "Há, portanto, uma enorme camada de gordura no item competitividade", observa Artur Henrique, sustentando que o corte da

jornada em quatro horas, segundo essa tese e com base em números da própria CNI, elevaria os custos da mão-de-obra em apenas 1,99% - índice semelhante à elevação que a produtividade vem registrando, por semestre, ao longo dos anos 2000. "Isso quer dizer, simplesmente, que esse custo seria absorvido em apenas seis meses", conclui.

## **Trabalhadores na Scania solidários aos terceirizados (CUT/SP) 10/02/09**

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – CUT/SP

Os trabalhadores na Scania realizaram na manhã desta terça-feira (10) ato em defesa do emprego e dos direitos dos companheiros das empresas terceiras. A manifestação aconteceu depois que a All Service, prestadora de serviços de limpeza, demitiu 15 trabalhadores alegando que passa por dificuldades.

“Nossas palavras de ordem são solidariedade, resistência e luta”, disse o coordenador do SUR, Daniel Calazans. Na Scania existem 42 empresas que prestam serviços, empregando cerca de 400 trabalhadores.

Durante o ato, os trabalhadores cobraram responsabilidade social das terceiras e também da montadora. “O trabalhador não pode pagar essa conta. O SUR entende que o momento é de entendimento, de negociar alternativas que não sejam a demissão ou a retirada de direitos”, disse Calazans.

Para ele, neste momento em que os patrões apostam na divisão dos trabalhadores, o importante é manter a unidade. Durante a manhã mesmo foi instalado um espaço permanente de negociação para buscar alternativas aos trabalhadores nas terceiras que não seja a retirada de direitos. Esse grupo é formado pelos companheiros Ribal, Caramelo, Vital e Valdecir.

Para o SUR, o importante é manter a solidariedade acesa, pois essa é a marca dos metalúrgicos do ABC. “Nosso recado foi dado e o lema é Um por todos e todos por um. Se as terceiras insistirem em demitir os trabalhadores, novos atos serão realizados”, concluiu.

## **Sem pagamentos, jornalistas param na Editora Símbolo (CUT/SP) 10/02/09**

Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo – CUT/SP

Sem receber salários há quase dois meses, os jornalistas da Editora Símbolo (que edita entre outras as revistas “Uma”, “Um”, “Meu Nenê”, “Zero”, “Baby & Cia.”, “Donna” e a semanal “Chiques e Famosos”) cruzaram os braços nesta segunda-feira 9/2. A empresa deve os pagamentos de dezembro, o 13º e o salário de janeiro de 2009 – os jornalistas receberam apenas o adiantamento de dezembro de 2008. Outra denúncia é que a Símbolo não estaria depositando o FGTS há um ano. A diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo esteve na empresa e nova reunião de avaliação está marcada na empresa para esta terça-feira (10/2), às 14h30.

Procurados pela direção do Sindicato, dirigentes da empresa afirmaram que não há previsão de pagamento e não assumiram sequer uma data para regularização da situação. Também não há dinheiro para acerto de quem pedir demissão.

Em dezembro do ano passado, a editora, que em 2007 completou 20 anos, anunciou uma campanha ressaltando uma nova diretriz, que era oferecer várias revistas em uma única, organizadas por temas. O projeto de “Uma”, por exemplo, previa diferentes “revistas”, divididas por editoriais como Atitude, Estilo, Felicidade, Bem Estar e Sucesso. Além desta novidade, todas as publicações também utilizariam a ‘Property Símbolo’, ferramenta editorial para fazer a convergência entre o impresso e a web, permitindo aos leitores o acesso ao conteúdo de forma dinâmica.

“Conteúdo nunca é demais” foi a assinatura adotada em todas as peças criadas pela equipe da agência 141 SoHo Square para serem veiculadas em TV aberta e paga, rádio, cinemas, Internet, revistas e jornais. “A evolução da leitura”, conceito da campanha, foi criado por Hércules Torres e Lucas Buléd, sob a Direção de Criação de Luiz Tastaldi e Paulo André Bione.

## **Bancários marcham por emprego (CUT/SP) 10/02/09**

Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região – CUT/SP

O frio coração financeiro de São Paulo, a Avenida Paulista, mudou de imagem. Nesta segunda-feira, 9 de fevereiro, 400 cruzes simbolizaram cada uma das demissões que o Santander promoveu no mês de janeiro.

Bancários e dirigentes sindicais de todo o estado e trabalhadores de diversas entidades postaram-se a cada dois metros segurando uma cruz. Cada vez que os semáforos fechavam para os veículos, eram estendidas faixas denunciando a truculência do Santander.

Em marcha fúnebre, partindo da Consolação e do Paraíso, os manifestantes caminharam pelas calçadas da Paulista para denunciar às milhares de pessoas que passavam pelo local como o banco espanhol age no país.

No protesto, os trabalhadores reivindicaram o fim das demissões, a retomada das negociações com resultados e respeito à ação sindical. “O Santander, que acaba de anunciar crescimento nos lucros, tem de manter os empregos, principalmente neste momento de crise, e respeitar os trabalhadores. Lutar por emprego não é crime, como o banco quer tratar. Vamos manter as mobilizações até que nossas reivindicações sejam atendidas”, disse Luiz Cláudio Marcolino, presidente do Sindicato.

População apóia – O jornalista Fernando Ferraz ficou surpreso com as demissões e apoiou a manifestação do Sindicato. “É um absurdo, como um banco pode demitir tanta gente assim, sem mais nem menos?”, questionou.

O aposentado Sérgio Oliveira também apoiou o ato e contou a história da filha. “Ela trabalhava no Real, antes da compra pelo Santander. Minha filha estava satisfeita com a carreira e não concordou quando viu as coisas que começavam a acontecer com a chegada do Santander. Acabou pedindo demissão e agora está fora do país, estudando”, diz.

Já a chilena Mercedes que, como dezenas de transeuntes, recebeu flores do Sindicato, relata que os protestos contra demissões têm de ser feitos sempre. “Tenho filhas que trabalham no Itaú e elas ficam sempre atentas ao que está acontecendo em outros bancos que estão sendo incorporados. Têm receio do que possa vir a ocorrer”, afirma.

Histórico – Durante os últimos seis meses, representantes dos bancários e da direção do Santander negociaram alternativas às demissões. Mas, alegando uma decisão do grupo na Espanha, interromperam o processo e demitiram centenas de trabalhadores.

Na semana passada, os banqueiros tentaram impedir a paralisação dos bancários do Centro Administrativo Santander (Casa 3) acionando a polícia. Dois dirigentes sindicais foram levados à delegacia. O banco tentou fazer com que fossem presos, mas após a apuração dos fatos, foram liberados.

“Os bancários não vão se intimidar. As mobilizações continuam. Os trabalhadores não são responsáveis pela crise financeira, mas são responsáveis pelo lucro bilionário do Santander”, disse Rita Berlofa, diretora do Sindicato.

Os bancários vão procurar o presidente Lula para cobrar respeito aos empregos dos trabalhadores brasileiros.

SITES PESQUISADOS









O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

**Informações e Sugestões:**  
[imprensa@sinergiaspcut.org.br](mailto:imprensa@sinergiaspcut.org.br)

**Área de Comunicação SINERGIA CUT**  
**Diretor de Comunicação: Marcelo Fiorio - Coordenação: Lílian Parise**  
[www.sinergiaspcut.org.br](http://www.sinergiaspcut.org.br)  
**Elaboração: Ana Claudia de Siqueira**

